

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL**

Rodrigo Dalosto Smolareck

**LEGITIMIDADE DO ESPAÇO PSICOPEDAGÓGICO NO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**Santa Maria, RS
2017**

Rodrigo Dalosto Smolareck

**LEGITIMIDADE DO ESPAÇO PSICOPEDAGÓGICO NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Linha de Pesquisa em Gestão Pedagógica e Contextos Educativos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Smolareck, Rodrigo Dalosto
Legitimidade do espaço psicopedagógico no atendimento educacional especializado / Rodrigo Dalosto Smolareck.- 2017.
101 f.; 30 cm

Orientadora: Sílvia Maria de Oliveira Pavão
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2017

1. Atendimento educacional especializado 2. Psicopedagogia 3. Educação inclusiva I. Pavão, Sílvia Maria de Oliveira II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Rodrigo Dalosto Smolareck. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
E-mail: rodrigo.dialogos@gmail.com

RODRIGO DALOSTO SMOLARECK

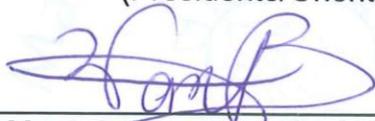
**LEGITIMIDADE DO ESPAÇO PSICOPEDAGÓGICO NO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Linha de Pesquisa em Gestão Pedagógica e Contextos Educativos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 05 de julho de 2017.



Sílvia Maria de Oliveira Pavão, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Vantoir Brancher, Dr. (IFFarroupilha)



Ana Cláudia Oliveira Pavão, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS

2017

RESUMO

LEGITIMIDADE DO ESPAÇO PSICOPEDAGÓGICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

AUTOR: Rodrigo Dalosto Smolareck
ORIENTADORA: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

A presente dissertação vinculada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de Gestão Pedagógica em Contextos Educativos, objetiva teorizar, partindo da pesquisa etnográfica, sobre a institucionalidade da Psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Alegrete - RS, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas por meio da construção de diretrizes para atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais. Nesse sentido a proposta investigativa assume a caracterização, em seu rigor metodológico, da triangulação para a coleta de dados, numa dimensão qualitativa, buscando atender a complexidade da cultura que se constitui no contexto de pesquisa. A análise de conteúdo é validada, evoluindo por esta dinâmica, para examinar os referidos dados pela necessidade de se perceber, em legitimidade, as demandas informacionais necessárias para que se categorize esta produção acadêmica em sistematização. A proposta de pesquisa voltou-se aos Especialistas em Educação Especial que atuam no Atendimento Educacional Especializado- AEE, com especialização em Psicopedagogia, para que se trouxesse as contribuições deste profissional para o campo da educação inclusiva. Em conclusão, a investigação, em suma, mostrou como pode se estabelecer, em âmbito organizacional, a atuação psicopedagógica no que se refere aos estudantes com necessidades educacionais especiais, expressão de uso intencional, uma vez que o psicopedagogo está inserido no Atendimento Educacional Especializado instituído como Especialista em Educação Especial. O produto final, resultante do estudo, foi nomeado de *Diretrizes protocolares referentes à atuação psicopedagógica no AEE*, constituindo-se como possibilidades para a atuação na área de estudos.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Psicopedagogia. Educação inclusiva.

ABSTRACT

LEGITIMACY OF PSYCHOPEDAGOGICAL SPACES IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES

AUTHOR: RODRIGO DALOSTO SMOLARECK
ADVISOR: SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

The present study aims to theorize, based on ethnographic research, on the institutionality of psychopedagogy in the Specialized Educational Service of the Alegrete Municipal Education Network in Rio Grande do Sul State. The objective was to contribute to the implementation of inclusive actions through the construction of guidelines for psychopedagogical practice in multifunctional resource rooms. In order to achieve this, the methodological approach of the present study consisted of data collection in a qualitative dimension while meeting the complexity of the culture of the research context. Content analysis was validated and the data examined by the need to perceive, legitimately, the necessary informational demands to categorize this academic production into systematization. The research proposal turned to the Special Education Specialists, who work in the Specialized Educational Service – SES, with specialization in psychopedagogy in order to bring the contributions of these professionals to the field of inclusive education. In short, the research concluded how psychopedagogical practice with regard to students with special educational needs can be established in an organizational context, since the psychopedagogue is inserted into Specialized Educational Service as a Special Education Specialist. The final product, which was a result of the study, was named Protocol Guidelines for Psychopedagogical Practice in SES, therefore constituting a promising field of practice in the field of research.

Key words: Specialized educational service. Psychopedagogy. Inclusive education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Movimentos legais do AEE.....	18
Figura 2 – Características do método.....	23
Figura 3 – Localização das Salas de Recurso	36
Figura 4 – Triangulação da investigação.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diários de bordos	27
Quadro 2 – Questões que se enquadram na convergência – Coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade	30
Quadro 3 – Questões que se enquadram na convergência – Especialistas em Psicopedagogia.....	31
Quadro 4 – Questões relativas aos aspectos de natureza profissional, formativa e inclusiva - Coordenadores.....	52
Quadro 5 – Questões relativas aos aspectos de natureza profissional, formativa e inclusiva - Especialistas	52
Quadro 6 – Elementos de Conteúdo Convergentes.....	53
Quadro 7 – Diretrizes protocolares referentes à atuação psicopedagógica no AEE .	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PERCURSO TEÓRICO: DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ÀS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS	13
2.1	O AEE: DA CRIAÇÃO AOS PERCURSOS TECIDOS, ALGUNS ALINHAVOS TEÓRICOS.....	14
2.2	ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: ELEGENDO O AEE COMO ESPAÇOS POSSÍVEIS DE AÇÕES INCLUSIVAS	17
3	DIALOGANDO COM O MÉTODO	22
3.1	NOS DIÁLOGOS DEFININDO O MÉTODO DE ESTUDO	22
3.2	DIALOGANDO COM A DINÂMICA DA COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA	24
3.3	A TRIANGULAÇÃO, O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E A POSSIBILIDADE DOS ELEMENTOS DE CONTEÚDO CONVERGENTES (ECCS)	25
3.4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	34
3.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	38
3.6	AFINANDO OS DIÁLOGOS SOBRE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS DADOS, OPTANDO PELA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	41
3.7	QUESTÕES ÉTICAS.....	42
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
4.1	ELEMENTOS DE CONTEÚDO DIVERGENTES (ECDS)	44
4.2	ELEMENTOS DE CONTEÚDO CONVERGENTES (ECCS)	49
4.3	DIRETRIZES PROTOCOLARES DE ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO AEE.....	63
5	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	71
	APÊNDICE A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	71
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	72
	APÊNDICE C – ENTREVISTA - ESPECIALISTA EM PSICOPEDAGOGIA ..	75
	APÊNDICE D – ENTREVISTA COM COORDENADORAS DO NÚCLEO DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE	88
	APÊNDICE E – ANÁLISE DE MATERIAIS	92
	APÊNDICE F – DIÁRIO DE BORDO Nº 01/2016	93
	APÊNDICE G – DIÁRIO DE BORDO Nº 02/2016	94
	APÊNDICE H – DIÁRIO DE BORDO Nº 03/2016	95
	APÊNDICE I – DIÁRIO DE BORDO Nº 04/2016	96
	ANEXO	97
	ANEXO A – CÓDIGO DE ÉTICA DA PSICOPEDAGOGIA	97

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata de duas questões centrais: educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado. Valer-se da ousadia para tecer discussões acerca da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas comuns da rede regular de ensino e a luta por uma escola de boa qualidade para todos, inclusive para uma grande parcela classificada como alunos com necessidades educacionais especiais, colocam novos e grandes desafios para o sistema educacional vigente, propondo um movimento de concepções no que se refere às diferenças humanas e às múltiplas formas de se pensar a produção e a apropriação do conhecimento (FACION, 2009).

Assim, percorrer esta via de reflexão mobiliza uma gama de alinhamentos pedagógicos acalorando o processo de discussão acerca das mudanças que devem ser implementadas nas escolas para oferecer um ensino com qualidade para todos os estudantes, ressaltando que a opção pela expressão “estudantes com necessidades educacionais especiais” é de caráter intencional para contemplar não apenas o público-alvo¹ da educação especial definido pela Política Nacional na perspectiva inclusiva (BRASIL), mas também ampliar a abordagem abarcando também aqueles com dificuldades, transtornos ou distúrbio de aprendizagem. Por dificuldades de aprendizagem entende-se que estas podem ser causadas por problemas que são passageiros (RELVAS, 2008). Conforme Fonseca (2005), dificuldade de aprendizagem é um termo mais abrangente voltado ao sujeito que aprende os conteúdos pedagógicos, ao professor, aos métodos de ensino e aos ambientes físico e social da escola. Por transtornos de aprendizagem compreende-se “um conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no aprender de sujeitos, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações de uma forma acentuada” (RELVAS, 2008, p. 58). No caso dos distúrbios de aprendizagem entende-se que este “se refere a questões intrínsecas do aluno, como questões neurológicas” (CAPOVILLA, 2009, p. 123). Ou então, como afirma Fonseca (1995) estão relacionados a dificuldades mais específicas e pontuais que se caracterizam pela presença de disfunção neurológica.

¹ O Atendimento Educacional Especializado (AEE), a que se refere é um serviço da educação especial que, “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

Na perspectiva de uma abordagem inclusiva do fenômeno educativo é oportuno se entender a necessidade de uma postura didático-pedagógica alicerçada pelo acolhimento, que evoque a legitimidade humana celebrando as diferenças que atravessam os sujeitos, identificando-os como impregnados de trilhas históricas que não podem ser sonegadas. Por esse meandro atenta-se para o seguinte princípio norteador: “Promoção da inclusão, do exercício da cidadania, do diálogo, da justiça e da igualdade como agentes de transformação da sociedade através da Educação Libertadora” (PROJETO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL/ SMEC, 2013, p. 23).

Assumir um currículo inclusivo é garantir que a escola enquanto espaço de ensino e de aprendizagem permita efetivamente o trajeto, em igualdade de oportunidades, aos estudantes dentro de uma dimensão de adaptação e flexibilização pedagógica no que tange as singularidades dos sujeitos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) institui a ideia de reconhecer os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo marco legal no âmbito das políticas públicas para a promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Esse movimento passa a desencadear discussões no campo da educação especial buscando compreender, dinamizar, acompanhar e garantir ações educativas que contemplem as diretrizes de uma escola inclusiva. Num recorte pontual, atenta-se para a Nota Técnica da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação- SEESP/nº11 (BRASIL, 2010) que trata das orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE² em Salas de Recursos Multifuncionais² implantadas nas escolas regulares, nota esta que registra:

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial (BRASIL, 2010, p. 01).

² Segundo a Norma Técnica 011/2010, salas de recursos multifuncionais são espaços físicos, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos (BRASIL, 2010).

O tema do estudo centra-se nas temáticas: Psicopedagogia, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão, tais temas foram delimitados em: espaços psicopedagógico institucionais, estrutura e funcionamento na atenção aos estudantes público-alvo ³da educação especial e com dificuldades de aprendizagem.

Fica notório que diante das dimensões sociais que constituem o cerne das políticas de inclusão, quando o trato se passa no cerne metodológico a que se assumir o campo fértil de pesquisa quando se refere às polêmicas e aos discursos controversos que impregnam as questões das práticas em educação especial (PAVÃO, A. C.; PAVÃO, S. M. O., 2016).

Com base na definição desses temas constitutivos da investigação, o problema se instaurou a partir da seguinte configuração: como se estabelece no âmbito do AEE o serviço psicopedagógico? Quais políticas institucionais se estabelecem acompanhando o serviço psicopedagógico no AEE para que se atenda a perspectiva inclusiva da educação escolar, nas instituições em análise? Que especificidades psicopedagógicas devem dar diretrizes para a psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado? Sumarizando tais questionamentos da pesquisa, o questionamento problematizador se pauta em: Que diretrizes orientam a atuação do profissional da psicopedagogia no AEE nas salas multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Alegrete?

Nessa perspectiva foram compreendidas e ordenadas as seguintes hipóteses:

- Ausência de diretrizes protocolares no campo da psicopedagogia para o AEE pode implicar na fragilização das ações de intervenção técnica nas salas multifuncionais.
- A criação e configuração do espaço para o profissional da psicopedagogia, como cargo de especialista no magistério municipal, implicam em assumir demandas reprimidas de estudantes com necessidades educacionais especiais.

³ Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas (BRASIL, 2008).

- Inexistência de um detalhamento protocolar com diretrizes psicopedagógicas para o AEE pode comprometer as políticas de inclusão.

O estudo tem como **objetivo geral**:

- Conhecer como ocorre a institucionalidade da psicopedagogia no AEE da Rede Municipal de Ensino de Alegrete-RS, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas por meio da construção de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica nas salas multifuncional.

E, como **objetivos específicos**:

- Analisar como se estabelece, no âmbito organizacional, a atuação do profissional da psicopedagogia no AEE no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Verificar se há uma política formal velada para que se atenda numa perspectiva inclusiva os alunos com problemas de aprendizagem⁴ no que tange a atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais (SRM).
- Averiguar como acontece a atuação psicopedagógica no que se refere ao AEE;
- Levantar a demanda de estudantes na categoria psicopedagógica que estão em processo de acompanhamento técnico nas salas multifuncionais.
- Delinear diretrizes protocolares no campo da psicopedagogia para o AEE.

O estudo se **justifica** considerando um contexto organizacional, que será o campo da presente investigação, qual seja: a Secretaria Municipal de Educação de Alegrete, RS, com 12 salas multifuncionais, para o atendimento do público-alvo da educação especial, em atividades constituídas na rede municipal de ensino das 16 salas criadas, será pesquisado, no que tange aos serviços psicopedagógicos no AEE, para que se verifique como é mobilizado às questões que implicam na caracterização do profissional da psicopedagogia, sua atuação, diretrizes e especificidades, uma vez que é consolidado no cargo de Especialista em Educação Especial junto ao quadro do magistério municipal.

⁴ Segundo José e Coelho (2002, p. 23), “os problemas de aprendizagem referem-se a situações que são enfrentadas por sujeitos categorizados com funções normais em relação aquelas que possuem algum desvio no suposto quadro de normalidade, mas que possuem expectativa de aprendizagem a longo prazo”.

2 PERCURSO TEÓRICO: DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ÀS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo (Albert Einstein).

Essa seção é composta por duas partes: a primeira trata do Atendimento Educacional Especializado enquanto política pública de inclusão que se constitui como uma possibilidade de atentar para os estudantes com deficiência, no âmbito pedagógico, no sentido de garantir a efetiva legitimidade destas práticas. Elenca ainda alguns percursos legais que nortearam este processo, dando um panorama, em amplitude, das caracterizações deste serviço.

Num segundo momento, se traz a ideia da prática psicopedagógica como intervenção, de caráter multidisciplinar, que articulada no atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, pode ser pensada como colaborativa na constituição do Atendimento Educacional Especializado balizado pela concepção de uma escola inclusiva.

Deste lugar de autoria da pesquisa pela cultura e pelos complexos educativos, o exercício etnográfico se expressa como um percurso impregnado de elementos objetivos e subjetivos que se movem no nicho social, por esta lógica a consagração científica da etnografia é expressa pelos conteúdos múltiplos contidos no enredo da cultura que governa as práticas dos sujeitos (ANGROSINO, 2009).

Desta forma, o exercício etnográfico, caracterizado também pela implicação do pesquisador no processo, tem como ponto crucial o trabalho de campo e culmina com um manifesto de escrita criteriosa das especificidades das ditas rotinas oficiais emersas e submersas por André (2004) quando em seus relatos extraordinários auxiliam no entendimento e na compreensão do mosaico social e de seus fenômenos.

2.1 O AEE: DA CRIAÇÃO AOS PERCURSOS TECIDOS, ALGUNS ALINHAVOS TEÓRICOS

Para que se possa alinhar as diretrizes legais com o contexto vivo da escola regular acerca da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais é preciso que se compreenda que uma escola assumidamente inclusiva entende o processo pedagógico para além da segregação e de posturas educativas homogeneizadoras (PERRENOUD, 2000), que reconhece e valoriza a diversidade, que trabalha ancorada inclusive pelos fundamentos do multiculturalismo quando articula sua dinâmica curricular e assume sua condição como espaço de relações, sendo estas balizadas pela singularidade humana, que se funde na construção da intersubjetividade dentro e fora da sala de aula.

A Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) se configura como resultado da consolidação legal para a progressiva inserção dos estudantes com deficiência nas escolas regulares objetivando criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todas as crianças o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e a continuidade em todos os níveis de ensino, trazendo como diretrizes para sua efetivação:

a) o Atendimento Educacional Especializado, que se realiza através das salas de recursos multifuncionais; **b) a formação inicial e continuada dos professores** para o Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais da educação para uma visão de escola inclusiva; **c) a participação da família e da comunidade** na construção e no acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola; **d) a utilização dos recursos de acessibilidade** na arquitetura dos prédios, nos meios de transporte e locomoção, no mobiliário, na comunicação, na informação e na aprendizagem (BRASIL, 2008, p. 1).

Atendo-se a dirimir questões pertinentes ao AEE, é importante que se registre a utilização pela literatura especializada, desta expressão, pela Carta Constitucional de 1988, a qual, no seu artigo 208, inciso III, proclama como dever do Estado, entre outros, o de garantir o “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” o que já manifesta, numa dimensão temporal, que a efetividade das práticas inclusivas está ligada a um regime de perspectivas e possibilidades ofertado pelo tempo social para, assim, se configurar como efetiva em concretude.

Desencadeando uma abordagem provocativa acerca do entendimento do papel do AEE na prática educativa é preciso que se principie a ideia de que esta atuação perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do estudante com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando o acesso e à participação no processo de escolarização em escolas regulares, atender o sujeito com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala regular, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, bem como orientar as famílias e professores quanto aos recursos que estão sendo utilizados pelo estudante (BRASIL, 2009).

Avançando os diálogos teóricos com o propósito de compreender os percursos tecidos no que tange ao AEE é preciso que se pontue os detalhamentos legais neste sentido ofertados pelas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado-AEE na Educação Básica, regulamentada pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 e ainda pela Nota Técnica da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação- SEESP/nº11 (BRASIL, 2010), que trata das orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais que vão balizar com detalhamentos técnico-operacionais não só no que se refere a institucionalização do AEE na dimensão da caracterização do processo de implantação, mas também definindo outros detalhamentos, como público-alvo, formação do professor para atuar neste espaço, entre outras especificidades.

O Art. 10º determina, ilustrando os detalhamentos organizacionais do AEE, que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizá-lo prevendo na sua organização:

I – salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento dos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – profissionais da educação: tradutores e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio,

principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2009).

O AEE, pelas orientações normativas, deve acontecer em SRM, sala configurada como um espaço da escola comum provido de materiais didáticos, pedagógicos e de tecnologia assistiva, onde trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos estudantes com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, cognitiva, verbal), de transtornos globais de desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Tenciona-se a partir das considerações realizadas, de maneira mais efetiva, o perfil formativo do professor que atuará junto ao AEE, pois a atividade pedagógica realizada nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por valer-se de recursos e estratégias específicas, sob a orientação de um professor especialista, com vistas a minimizar as barreiras que impedem ao estudante com deficiência a ter acesso, numa dimensão problematizadora, ao conhecimento.

É sabido que os estudos acerca do processo educacional das pessoas com deficiência nos remetem a um quadro histórico de exclusão com o predomínio de práticas segregativas como única possibilidade educativa, sendo esta impregnada de ideias de uniformidade no que tange a escolarização e sua dimensão humana. Neste panorama de discussão, a sala de recursos multifuncional, por sua vez, deverá ser entendida como um espaço instituído a partir dos preceitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que atenderá estudantes público da educação especial com programas e estratégias que garantam, partindo da especificidade de cada sujeito, respeitado os planos de intervenção individuais a potencialização da aprendizagem.

Fica salutar, perseguindo esta lógica, em termos efetivos, paralela à constituição desse novo programa, denso em responsabilidades frente à inclusão dos alunos (principalmente com deficiência) no contexto pedagógico da escola regular, uma fragilização no que se refere ao desdobramento das políticas públicas em sua dimensão de amplitude da cultura, onde é preciso que se entenda a deficiência para além do atributo da pessoa e seja concebida como resultado da falta de acessibilidade social e de Estado, o que configuraria um efetivo panorama de mudança, elemento teórico indicado pela Lei Brasileira de Inclusão -

(BRASIL/LBI- Lei nº 13.146/2015). O desafio que se levanta é conceber que a educação especial, como campo específico de conhecimento, encontra-se em um momento dinâmico ressignificando seus marcos teórico-metodológicos no sentido de ampliar seus saberes e fazeres no âmbito educativo.

2.2 ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: ELEGENDO O AEE COMO ESPAÇOS POSSÍVEIS DE AÇÕES INCLUSIVAS

É conhecido que escola em seu compromisso social tem como desafio difundir o saber universal. Assumir esta sentença é agregar a ideia de que certamente terá de constituir um espaço pedagógico que garanta, contemplando a especificidade das diferenças humanas, a construção desse conhecimento para todos aqueles que o buscarem (FACION, 2009).

Apontar para uma prática educativa que legitime processos dialógicos é fundamentar a concepção de educação de qualidade para todos (BRASIL, 1994), respeitando a diversidade que caracteriza os estudantes, atentando às suas necessidades pedagógicas, isto implica em uma postura sensível diante das diferenças e das necessidades individuais de aprendizagem de cada sujeito.

Essa discussão, em âmbito legal, ganha maior ênfase com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que passa a considerar a educação especial como modalidade de ensino, ofertada na rede regular de ensino com objetivos, finalidades e serviços específicos para o atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Fica evidente que a legislação se destaca como princípio legal norteador, desencadeando o início de um repertório de mudanças no que tange a educação especial e conseqüentemente a sua dimensão inclusiva, pois para atender esta dimensão plural da educação, a LDB nº 9.394/1996, preconiza no artigo 59 que os

sistemas de ensino devem se organizar para favorecer o processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. II – terminalidade específica para aqueles que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menos tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996).

O que se percebe, diante desse marco legal é que a intencionalidade principal que norteou a ideia trazida pela LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) está calcada no princípio da igualdade de oportunidades sem descaracterizar a diversidade, concomitante com as propostas de sociedade democrática e justa. Desta forma, este trabalho de pesquisa, perseguindo o foco da discussão no que se refere à dimensão de compreender o processo inclusivo nas escolas regulares, elencou três movimentos legais para pontuar o AEE como espaço legitimador do serviço psicopedagógico, eixo central deste trabalho acadêmico (Figura 1).

Figura 1 – Movimentos legais do AEE

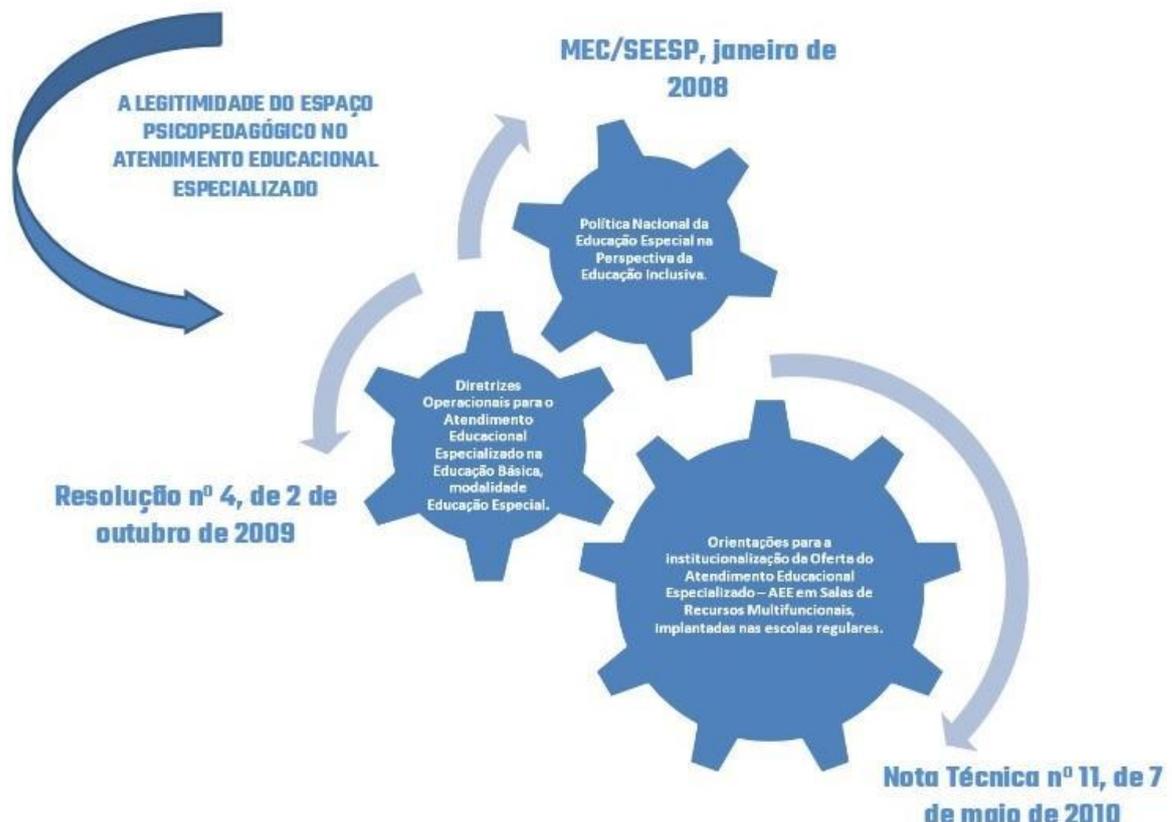


Figura 1: Audiodescrição da imagem: Três engrenagens articuladas, na cor azul, tamanho crescente de cima para abaixo trazem escrito em seus centros, por ordem, na primeira engrenagem, o título: “Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, na segunda engrenagem: “Diretrizes Operacionais Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e na terceira e última engrenagem: “Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas Escolas Regulares, permeadas por três setas que mostram esta articulação”. Numa seta, aquela que está no topo, em sua ponta, lê-se: “MEC/SEESP de janeiro de 2008”, na outra, que envolve a engrenagem do meio lê-se: “Resolução nº 4 de outubro de 2009”, e por fim, na seta que está aproximada da última engrenagem lê-se: “Nota Técnica nº 11 de maio de 2010”. O desenho é abraçado por uma grande seta que ampara as três engrenagens projetando as necessárias conexões legais revelando o foco da pesquisa: “A Legitimidade do Atendimento Educacional Especializado”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Logo, é certo dizer que a legislação evoca a intenção de percorrer um percurso educativo que viabilize ações inclusivas, assim se pensou num contexto pedagógico inclusivo torna-se necessário ter claro que só se manifestará se assumir-se a necessidade de alargar a própria concepção de inclusão, ou ainda, das práticas inclusivas, uma vez que incluir implica em acolher e acolhimento implica na condição de tornar verdadeiro mecanismos de valorização, potencialização, respeito e celebração das diferenças humanas.

Neste sentido, percebe-se que a Psicopedagogia tem sido entendida no âmbito da educação inclusiva como uma possibilidade de consolidar as políticas de inclusão numa concepção multidisciplinar, como suporte técnico aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, é pertinente que, num recorte histórico, se traga elementos de seus primórdios, configurados no século XIX, na Europa, onde sustentada com a preocupação voltada aos problemas de aprendizagens afinou-se com o campo da Medicina (BOSSA, 2007), o que remete a ideia de que a Psicopedagogia se postula, inicialmente, com um caráter médico-pedagógico já que se preocupava com dimensões predominantemente patológicas.

Todavia é importante que se atenuem que a Psicopedagogia começa a avançar enquanto Ciência que estuda a aprendizagem humana e seus fenômenos, no final dos anos 60, na Argentina de maneira mais efetiva, com um novo desenho de

atuação em que psicopedagogos, psicólogos e pedagogos começam a estabelecer uma relação mais legítima com a escola influenciando na direção do campo psicopedagógico de intervenção, que passa a ganhar visibilidade por atentar para um caráter mais interdisciplinar evidenciando sua dimensão de conexão com outras áreas de conhecimento.

Para Perez (1998, p. 42):

A Psicopedagogia passa a despertar atenção de vários países que, preocupados com os altos índices de fracassos escolares passam a buscar novas alternativas de trabalho. Dentre estes países, na Argentina, a psicopedagogia passa a ter um enfoque especial, sendo considerada uma carreira profissional.

A Psicopedagogia, inicialmente aparece como uma disciplina na Facultad del Psicología da Universidad del Salvador em Buenos Aires. Já em 1956, a Psicopedagogia constituiu-se como curso de graduação de três anos para formar professores com habilidade técnica no campo da psicologia escolar, numa aproximação entre a psicologia e a pedagogia (BOMBONATTO; MALUF, 2007).

No Brasil, também na década de 60 surgem às primeiras iniciativas de atuação psicopedagógica. É válido ressaltar que neste período os problemas de aprendizagem eram associados a uma disfunção neurológica caracterizada como Disfunção Cerebral Mínima o que maquiava os problemas sociopedagógicos, ainda se atrelava uma concepção unilateral de caráter médica (PEREZ, 1998).

Todavia a preocupação com os altos índices de evasão escolar e repetência, associado aos estudos das causas e intervenções educacionais relacionados ao fracasso escolar que ganhavam força trazem em 1979, decorrido quase vinte anos de ensaios com atuação psicopedagógica, na cidade de São Paulo, o primeiro curso de pós-graduação na área de Psicopedagogia no Instituto Sedes Sapientiae (FAGALI, 2007) indicando, de maneira pontual, como a área da Psicopedagogia é recente no Brasil.

Na nuance dessa dinâmica, profissionais concluintes do referido curso de especialização se somam e constituem a Associação Estadual de Psicopedagogia de São Paulo (AEP) que objetivava estudar e definir práticas psicopedagógicas que atendessem a especificidade dos contextos escolares.

Segundo Rubinstein (1987, p. 13):

A Associação Estadual de psicopedagogia de São Paulo foi criada por um grupo de profissionais que já atuava na área, acabava de fazer sua formação em Psicopedagogia no Instituto Sedes Sapientiae e sentia a necessidade de ser reconhecido como categoria profissional, consciente de seu papel na comunidade.

Após seis anos de funcionamento a AEP, se transforma na então Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), buscando assumir a área de conhecimento da Psicopedagogia como um movimento de classe mais sólido e expansivo.

A Associação Brasileira de Psicopedagogia, fundada em 1980, hoje tem sido aporte para que psicopedagogos possam institucionalizar espaços de discussão através de um vasto acervo que ganha cada vez mais contribuições no que se refere a trabalhos científicos publicados, dissertações de mestrado e teses de doutorado (BOMBONATTO; MALUF, 2007).

Fica evidente que a Psicopedagogia no Brasil tem se firmado como ciência pelo importante papel que lhe outorga no campo dos estudos no que se refere ao fenômeno do aprender e passa a ganhar mais visibilidade com as conquistas feitas na configuração da regulamentação da própria profissão através do Projeto de Lei tramitado no Senado de nº 31 de 2010 (PLC 31/2010) que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na data de 06 de setembro de 2014 dando diretrizes para o desenho profissional do psicopedagogo (BRASIL, 2010).

Diante de tal cenário e dos aspectos que permeiam a práxis psicopedagógica a que se pensa na dicotomia que se estabelece quando se pensa no AEE como espaço privilegiado de práticas inclusivas atentando para as especificidades que constituem o fenômeno do aprender.

3 DIALOGANDO COM O MÉTODO

Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido! (Rubem Alves).

A caracterização metodológica trazida para uma pesquisa está estreitamente conectada ao objetivo definido pelo pesquisador para nortear o seu trabalho de investigação, especificará ainda detalhamentos da forma e quais linhas atentarão para a coleta e análise dos dados elencados no projeto (CRESWELL, 2007).

A ideia é que o pesquisador realize alegações de conhecimento com base no rigor metodológico, por este eleito, para conduzir o trajeto da atividade investigativa (FIGUEIREDO, 2009) estabelecendo princípios norteadores para que percorra o caminho necessário no sentido de obter elementos de base para a condução e o desdobramento da pesquisa.

3.1 NOS DIÁLOGOS DEFININDO O MÉTODO DE ESTUDO

A etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano- suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças (ANGROSINO, 2009, p. 30).

A ideia de consolidar um trabalho de pesquisa assumidamente etnográfico implica literalmente em assumir uma postura investigativa que estudará o sentido coletivo de uma dada cultura constituída por um grupo em suas especificidades. Buscar sua leitura implica num exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados no grupo, o que exige uma atitude de imersão buscando um retrato efetivo, genuíno, acerca do objeto de estudo (ANDRÉ, 2004).

Segundo Angrosino (2009), a etnografia enquanto método se baseia em sete princípios elementares que fundamentam o processo de investigação elegendo na cultura pesquisada os fundamentos categorizadores para um significativo trabalho de imersão (Figura 2).

Figura 2 – Características do método

01.	Na pesquisa de campo, o pesquisador define os elementos a serem observados através de categorias.
02.	É personalizado, construído e alimentado cotidianamente tendo em vista a inserção no grupo como pesquisador que também é partícipe.
03.	É multifatorial, conduzido por duas ou mais técnicas de coleta de dados, os quais podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa.
04.	Requer um compromisso em longo prazo, ou seja, que o pesquisador esteja inserido na cultura para além das coletas.
05.	É indutivo, conduzido de modo a valer-se de um acúmulo descritivo.
06.	É dialógico, conduzido na perspectiva de que as conclusões e interpretações podem ser discutidas na medida em que vão se formando.
07.	É holístico, busca revelar o retrato mais completo possível do grupo em estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Angrosino (2009).

A etnografia, como produto de pesquisa, deve se constituir numa narrativa categorizada da comunidade em estudo que evoca a experiência vivida e organizada retratando representações trazidas acerca do fenômeno investigado. Nesse sentido, a observação participante não é um método, mas um critério elencado pelo pesquisador para fundamentar a atividade etnográfica (ANDRÉ, 2004).

Assim, este trabalho acadêmico de investigação se baseia na realidade vivida pelo pesquisador que atua como especialista em educação especial, categoria: Psicopedagogia, salientando que existem duas outras especificidades criadas pela Lei Complementar nº. 043, de 07 de dezembro de 2011: o especialista em AEE e o Especialista em Educação Especial, especialistas estes lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alegrete-RS, no Núcleo de Inclusão e Diversidade- NID.

Este colegiado de especialistas, o qual o pesquisador faz, tem e toma parte é coordenado por dois profissionais da área da Psicopedagogia lotados na Secretaria de Educação, se encontrando quinzenalmente, na busca pela educação continuada destes profissionais que se ocupam das salas multifuncionais, sendo que se constituiu um Grupo de Trabalho (GT) onde tem se intencionado traçar o perfilamento destes especialistas por meio da construção de um ato ou termo protocolar, buscando atender a realidade escolar do município de Alegrete.

Neste sentido esta pesquisa se ocupou em traçar Diretrizes de atuação psicopedagógica no AEE subsidiando a Secretaria Municipal de Educação na perspectiva de perfilar o profissional psicopedagogo no aspecto de seu papel e das caracterizações de sua atuação técnica nas salas multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Alegrete.

O desenho desta pesquisa se configura como etnográfico, com observação participante de cunho qualitativo, baseado na perspectiva da triangulação: observação, entrevistas e análise de materiais de arquivo (ANGROSINO, 2009).

É importante ressaltar, numa dimensão situacional, que a Secretaria Municipal de Educação de Alegrete, mantém em funcionalidade 12 salas multifuncionais na rede municipal de ensino, das 16 criadas, neste sentido a investigação atentará, no que tange aos serviços psicopedagógicos no AEE, para que se verifique como são mobilizadas questões que implicam na caracterização do profissional da psicopedagogia, sua atuação, diretrizes, especificidades (PROJETO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL/ SMEC, 2013).

Pontua-se ainda que na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas, implica-se nelas, se manifesta de forma coordenada, mas imprevisível, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Diante disso, o sujeito é concebido como concreto e social, logo as organizações por ele constituídas também estão impregnadas nesse sentido, trazendo-nos a possibilidade da pesquisa ter um cunho descritivo, uma vez que exigirá do investigador analisar o contexto real diante do problema de pesquisa e partindo da análise dos elementos categorizados, ventilando-se possibilidades de ressignificação das discussões no campo de estudo definidos.

3.2 DIALOGANDO COM A DINÂMICA DA COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA

Este estudo aborda a constituição do espaço psicopedagógico na Rede Municipal de Ensino de Alegrete- RS no que se refere à inserção do profissional da psicopedagogia no espaço do AEE que atualmente se constituem em 12 salas multifuncionais.

Sendo assim, congratula-se como pertinente, haja vista a criação do cargo de Especialista em Educação Especial através da Lei Complementar nº. 043, de 07 de dezembro de 2011, no município de Alegrete/RS que outorga, via concurso, apenas três especialidades para compor este espaço profissional: o Especialista em Educação Especial, o Especialista em Atendimento Educacional Especializado e ainda o Especialista em Psicopedagogia. É válido ressaltar que foram realizados apenas dois concursos para este cargo no município, e devido ao curto espaço temporal a Secretaria Municipal de Educação tem buscando perfilar, por meio de diretrizes protocolares, as ações que norteiam e caracterizam a atuação destes especialistas no que se refere ao Projeto Político-Pedagógico da Mantenedora.

Diante desta realidade está constituído pelo Núcleo de Avaliação e Assessoria Pedagógica - NAAP o Núcleo de Inclusão e Diversidade- NID, que atua na educação continuada dos profissionais que se ocupam das salas multifuncionais sendo que este colegiado constituiu um Grupo de Trabalho (GT) onde tem se buscado traçar o perfilamento destes especialistas para a realidade escolar do município de Alegrete.

Neste sentido esta pesquisa, já chancelada com autorização do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria, sob o nº 60157516.8.0000.5346, se ocupou em traçar diretrizes de atuação psicopedagógica no AEE subsidiando a Secretaria Municipal de Educação na perspectiva de perfilar o profissional psicopedagogo no aspecto de seu papel e das caracterizações de sua atuação técnica nas salas multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Alegrete.

3.3 A TRIANGULAÇÃO, O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E A POSSIBILIDADE DOS ELEMENTOS DE CONTEÚDO CONVERGENTES (ECCS)

Sabendo que o termo triangulação é oriundo da navegação e da topografia e que se torna efetivo na pesquisa etnográfica por ter a caracterização de expedição e de cartografia (ANGROSINO, 2009), buscou-se desenhar o processo de coleta de dados na dinâmica de desvelar pontos referenciais que tenham convergência no alcance do tripé que perfila os eixos do triângulo, respeitadas as dimensões que o sustentam, as quais cita-se: as entrevistas, a observação e a análise de materiais de arquivo, o que possibilitou eleger elementos de conteúdo convergentes e divergentes

enquanto atentava o pesquisador para as três dimensões do método da triangulação (ANGROSINO, 2009).

Diante da vasta demanda de elementos de conteúdo para depuração e análise e tomado pela ideia da profundidade na discussão dos resultados criou-se duas categorias, pelo pesquisador, como já mencionado, para organizar esta coleta de dados para a pesquisa: **os Elementos de Conteúdo Divergentes (ECDs) e os Elementos de Conteúdo Convergentes (ECCs)**, sendo que optou-se em trabalhar com o último, por entender-se que dado o fato de aparecerem de diversas formas nas entrevistas, nas observações e nos materiais de arquivo são campo fértil para firmarmos a investigação acadêmica.

Elegendo os Elementos de Conteúdos Convergentes para mobilizar a organização da coleta revelaram-se os eixos da triangulação, nesta perspectiva, da seguinte forma: **Entrevistas** (12 especialistas em psicopedagogia incluindo o pesquisador, mais as duas profissionais que coordenam o Núcleo de Inclusão e Diversidade) sendo que destas, três profissionais optaram por não participar desta etapa. **Observações** (foram realizadas quatro observações que deram origem a quatro Diários de Bordo) e ainda as **Análise dos Materiais de Arquivo** (Aqui elegeu-se o Plano de Carreira do Magistério Municipal- Lei Complementar Nº. 043, De 07 De Dezembro de 2011, bem como a Proposta Pedagógica da Secretaria), balizando esta análise pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pelas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e ainda pelas Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas Escolas Regulares.

No que tange às entrevistas, estas aconteceram com agendamento prévio e o pesquisador, por acordo com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado deslocou-se a cada escola em data e horário combinado. Os questionamentos foram realizados e as respostas gravadas pelo pesquisador na condição de uma conversa, perseguindo a ideia da informalidade e logo, aptas ao processo transcrição.

Avançando para as observações estas aconteceram durante as reuniões sistemáticas de formação do Núcleo de Inclusão e Diversidade. Cada uma destas deu origem a um Diário de Bordo. As referidas aconteceram nos dias 30 de

novembro (Diário de Bordo 01/2016), 07 de dezembro (Diário de Bordo 02/2016), 14 de dezembro (Diário de Bordo 03/2016) e ainda no dia 21 de dezembro (Diário de Bordo 04/2016) sendo que na última data encerraram-se as atividades formativas para o ano de dois mil e dezesseis.

Quadro 1 – Diários de bordos

DIÁRIO	DATA DO REGISTRO	APÊNDICE
Diário de Bordo 01/2016	30/11/2016	G
Diário de Bordo 02/2016	07/12/2016	H
Diário de Bordo 03/2016	14/12/2016	I
Diário de Bordo 04/2016	21/12/2016	J

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Já na Análise de Materiais de Arquivos optou-se pelo Plano de Carreira do Magistério Municipal que cria o cargo de Especialista em Educação Especial, e pela Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação devido à escassez de documentos legais produzidos pelo Núcleo de Educação e Diversidade, esclarecendo que durante a solicitação dos documentos que se apoia nas diretrizes legais expedidas pelo Ministério da Educação para normatizar os processos tendo em vista haver dificuldade de mobilizar o grupo de especialistas para a cultura da produção de materiais e documentos balizadores.

Fica o registro que nesta análise o pesquisador atentou para as normativas do Ministério da Educação, inclusive para que se possa compreender como se dinamizam as políticas inclusivas do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal.

Desenhado o percurso da coleta de dados é oportuno caracterizar que os Elementos de Conteúdo Convergentes ditarão quais serão as questões das entrevistas que serão o foco para a análise de conteúdo no que se refere à análise dos dados propriamente dita, uma vez que o método da triangulação objetiva, em seu rigor, que se constitua uma matriz referencial de elementos, para que partindo destes fluxos informacionais, se possa elencar matrizes concisas para a referida análise (ANDRÉ, 2004).

É importante que se pontue que a reorganização do Plano de Cargos, de Carreira e de Remuneração do Profissional do Magistério Público do Município de

Alegrete, Lei Complementar nº. 043, de 07 de Dezembro de 2011, elemento de conteúdo enquadrado no que tange a Análise de Materiais de Arquivo traz em seu Capítulo III- Da Estrutura Da Carreira, na Seção III, Das Disposições Gerais traz em seu Artigo 5º:

A carreira do magistério público municipal é constituída pelo conjunto de cargos efetivos de Professor I, Professor II, Pedagogo, Especialista em Educação (Supervisor Escolar), Especialista em Educação (Orientador Educacional), Especialista em Educação Especial e Professor de LIBRAS, estruturadas em 4 (quatro) classes, dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe e 4 (quatro) níveis de formação estabelecidos de acordo com a titulação pessoal do profissional da educação.

O disposto no artigo deixa evidente que ao Especialista em Educação Especial, no teor legal, é dado um espaço institucional específico de carreira, todavia, quanto à formação deste especialista, diferente das outras duas especialidades (Orientação e Coordenação Educacional) não há revelada uma posição formativa nem em nível inicial, nem na perspectiva do detalhamento da especialidade para ocupar tal cargo o que pontua a natureza histórica na crise destes profissionais da Educação Especial no tocante a identidade de formação, o que desemboca nas provocações vividas quando há um tencionamento para que a Rede Municipal de Ensino construa diretrizes protocolares psicopedagógicas para os profissionais que hoje atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, uma vez que todos são pedagogos com especialização em Psicopedagogia, pode-se inferir, tratar-se de um grupo privilegiado no âmbito escolar, não só pela homogeneidade na formação, como pela formação específica para a atuação no contexto escolar. Esse coletivo cultural parece identificar-se com suas atribuições, e possuir um potencial para a ação criador.

É interessante compreender pela perspectiva etnográfica que o movimento de tensão de um coletivo cultural está repleto das sinalizações cartográficas de fragilizações na constituição e legitimidade do grupo ou na sua identidade efetiva como categoria humana que se faz num dado espaço (ANGROSINO, 2009), o que se efetiva avançando pelo perfilamento legal do cargo, no Capítulo V- Do Recrutamento E Da Seleção, todos os cargos são descritos com a respectiva formação acadêmica para que se obtenha efetivamente a vaga dentro da especificidade da formação já no caso do Professor de Libras e do Especialista em Educação Especial, no Artigo 28 lê-se:

O Concurso Público para o provimento do cargo de Especialista em Educação Especial e Professor de LIBRAS será realizado em conformidade com as Habilitações Específicas e conforme interesse do ensino e seus níveis. § 1º - Para a realização do Atendimento Educacional Especializado aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, os Especialistas em Educação Especial deverão possuir a especialização adequada, sendo que para o atendimento em classes ou turmas regulares, é necessária apenas a respectiva capacitação, na forma definida pela legislação vigente. § 2º - Os requisitos para investidura nos cargos previstos na estrutura do Plano de Carreira obedecerão ao prescrito nos anexos do presente estatuto.

Para chegar às questões das entrevistas que irão para a Análise de Conteúdo na perspectiva de se pensá-las como indicadoras dos Elementos de Conteúdo Convergentes como sugere o método da triangulação, eleger conteúdo referencial para depuração e análise (ANDRÉ, 2004) é preciso que se inicie já assumindo que a dimensão legal do Plano de Carreira do Magistério Municipal de Alegrete deixa para os editais de concurso, observada a legislação vigente, assim diz no plano, eleger a formação do Especialista em Educação Especial.

Esta falta de base no descritor formativo deste profissional especialista no Plano de Cargos, de Carreira e de Remuneração do Profissional do Magistério também é evidenciada no Diário de Bordo 01/2016, atentando para o rigor do método da triangulação, agora na **Observação**, durante os estudos de caso, quando se tratou das complexidades das deficiências, onde das linhas 28 a 37 descreve-se:

No momento dos estudos de caso, estes não pontuarei no diário por questões éticas, o grupo de especialistas reforçou sensações que são históricas, segundo o grupo: a confusão ainda feita pela escola do que é atendimento em educação especial e o que é Atendimento Educacional Especializado. A dificuldade de atuação pela falta de diretrizes protocolares que situem o psicopedagogo no que tange sua atuação nas salas de recursos multifuncionais e por fim, o quanto é um desafio fazer a intersectorialidade no que se refere ao suporte para atender as especificidades dos estudantes.

Fica evidente, no recorte trazido, que além da dificuldade institucional de compreensão das escolas municipais no âmbito do campo efetivo das especificidades do Atendimento Educacional Especializado o que se levanta é a pertinente preocupação do grupo de especialistas no que perpassa pela construção de diretrizes protocolares que possam dar elementos balizadores para atuação do profissional psicopedagogo no que se refere a sua mobilidade de atuação nas salas de recursos multifuncionais. Esta posição que eclode também no diário de bordo é um elemento de conteúdo convergente, por estar já postado, na avaliação dos materiais de arquivo e ainda na observação, o que deve categorizar as questões

pautadas na entrevista para análise de conteúdo, ou seja, é correto afirmar que todas as questões que envolvem o papel e a caracterização da atuação do profissional psicopedagogo no Atendimento Educacional Especializado em âmbito direto e profundo, serão elevadas para a condição de análise.

Nas anotações de bordo, os elementos que perfilam a dinâmica psicopedagógica no espaço do Atendimento Educacional Especializado também aparecem, numa outra configuração, como discussão de pertinência, o Diário de Bordo 02/2016, da linha 20 até a linha 29 revela esta constatação:

Dando sequência já entramos nos estudos de casos que hoje nos roubaram mais tempo como de costume, uma vez que as colegas trouxeram algumas preocupações no que tange aos atendimentos, cabendo citar: O técnico especialista em psicopedagogia é visto em função do cargo como especialista em educação especial, todavia a complexidade dos casos exigem campos de conhecimento que não só o dá formação em nível de especialização, como o Núcleo poderia desenhar diretrizes para o profissional do campo psicopedagógico no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (APÊNDICE H).

Assim de maneira ilustrativa, na entrevista com a coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade foram as seguintes questões:

Quadro 2 – Questões que se enquadram na convergência – Coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade

02	Como você caracterizaria o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Alegrete?
04	Qual tem sido o trabalho do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no sentido de garantir o espaço de educação continuada aos especialistas que atuam nas salas multifuncionais?
05	Enquanto coordenação, como entende o papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
06	Que desafios se levantam para o Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no que se refere à garantia das políticas públicas de inclusão escolar?
07	Você acredita que a construção da possibilidade de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado ajudaria a fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido?

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Diante deste eixo central, o da caracterização da atuação psicopedagógica junto ao Atendimento Educacional Especializado, o que se eleva enquanto categorização também nas entrevistas, agora realizadas com os Especialistas em Psicopedagogia são as seguintes questões que se enquadram na convergência:

Quadro 3 – Questões que se enquadram na convergência – Especialistas em Psicopedagogia

02	Em seu entendimento qual é o efetivo papel do Atendimento Educacional Especializado?
03	Como percebe a atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
04	Na sua escola como acontece o sistema de triagem dos estudantes para participarem do atendimento na Sala Multifuncional?
07	Como você caracteriza o trabalho do profissional da psicopedagogia nas salas multifuncionais?
08	Você acredita/entende que existindo uma caracterização mais efetiva da atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado facilitaria a intervenção? Por quê?

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

É preciso que se esclareça que no âmbito da triangulação as questões referenciais para análise, definidas como resultados da convergência de conteúdos não exime o pesquisador de utilizar aquelas que não estão postas nesta categoria para problematizar discussões da pesquisa (ANGROSINO, 2009).

Numa dimensão epistemológica da pesquisa em educação é oportuno entender que as zonas de elementos de convergência trazidas pela triangulação no levantamento e na coleta de dados em pesquisa elevarão as matrizes substanciais que se tencionam na cultura do grupo que vive a etnografia, oportunizando ao pesquisador eleger as categorias mais profundas que estão latentes nas práticas dos sujeitos. Para André (2004, p. 38):

A cultura deve ser vista como uma teia, como um enredamento que perpassa e se constrói com o sujeito, atravessando suas vivências, suas pertinências, suas possibilidades, suas memórias e as suas interpretações das experiências vividas cotidianamente no ambiente escolar ofertando uma trilha de elementos de investigação que darão aos estudos qualitativos dimensões valiosas para que se compreenda e se problematize a realidade de dada cultura.

A dimensão cultural que perfila um grupo de investigação é atentada por práticas que se caracterizam por narrativas implícitas e explícitas no percurso destes grupos humanos firmando valiosas pistas sobre quais são os elementos matriciais para eleger as categorias de uma pesquisa. Atentando para o Projeto Pedagógico para o Ensino Fundamental/ SMEC (2013, p. 23-24) verifica-se que a amplitude da ideia de inclusão faz o que os profissionais que atuam no campo do Atendimento Educacional Especializado sintam-se sem uma orientação mais focal acerca do desdobramento da educação especial como dinâmica inclusiva, uma vez que a ideia de processo inclusivo só aparece, de maneira efetiva, apenas nos princípios abaixo relacionados, observado todo o documento:

O Ensino Fundamental da Rede Municipal de Alegrete fundamenta-se nos seguintes princípios: a) Promoção da inclusão, do exercício da cidadania, do diálogo, da justiça e da igualdade como agentes de transformação da sociedade através da Educação Libertadora. b) Educação como processo de formação de pessoas capazes de construir posturas e relações críticas, autônomas e criativas frente às desigualdades e injustiças sociais. c) Respeito às diferentes culturas, no que se refere à etnia, gênero, opção sexual, política e religiosa, valores, história de um povo, organizações populares e condição social. d) Educação como direito de todos/as construindo a participação democrática e qualidade social.

É sabido que os estudos etnográficos inspiram o desenvolvimento de pesquisas que assumem o desejo de buscar a compreensão da sociedade sob o ponto de vista das pessoas que nela vivem, assumindo como marcos iniciais a Antropologia Científica e a Observação Participante, principais técnicas para atingir esses objetivos sendo que estas se refugiam no aporte de arquivos produzidos por esta cultura, uma vez que as diretrizes teóricas que a sustentam retratam muito de suas ações, pois a embasam. Visto por esta dimensão a investigação é feita de dentro, é vivida junto aos sujeitos, e a etnografia é uma decorrência dessa construção epistemológica (ANGROSINO, 2009).

As questões elencadas para análise, neste trabalho acadêmico, Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), nada mais são do que indicadores discursivos que se fazem elencados em categoria partindo dos elementos trazidos tanto nas observações quanto nos materiais de arquivo estudados, a fragilidade de uma abordagem teórica que produza um regime de possibilidades para a atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais das escolas municipais.

O Diário de Bordo 03/2016, da linha 14 a 24, vai firmar o quanto o grupo de especialistas entende que uma das dificuldades de desenhar os planos de

intervenção individuais está associada à falta de caracterização de diretrizes para a atuação psicopedagógica no espaço do atendimento educacional individualizado:

Antes dos estudos de caso e prevendo a inquietação do grupo devido ao movimento de determinações na semana, a coordenação trouxe para estudo a Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010 intitulada: "Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares oriunda do Ministério da Educação. Fomos lendo e evoluindo na leitura fomos discutindo e problematizando nossa realidade. A questão que parecia ser pertinente perpassava mais uma vez pela ideia: Que diretrizes caracterizam o profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais do município de Alegrete? (APÊNDICE H).

É gritante que os elementos de pertinência firmados como convergentes e que se movem pelos questionamentos evocam a especificidade da atuação psicopedagógica junto ao Atendimento Educacional Especializado, bem como, a lacuna de aporte teórico no campo dos protocolos e orientações produzidos pela mantenedora para balizarem a atuação deste especialista junto às salas de recursos multifuncionais. O pesquisador buscou, percorrendo está substancial lógica de pesquisa os questionamentos no tocante a coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade, como aqueles pertinentes aos especialistas, questionamentos estes que se ancorassem neste vértice de convergência, mesmo que dos 12 convidados para participarem desde valioso momento, três optaram por não aderirem à atividade no âmbito da entrevista alegando falta de tempo.

Quando se consulta o Diário de Bordo 04/2016 verifica-se que encerrando as atividades dos encontros sistemáticos do grupo, quando questionados sobre o elemento expectativa, da linha 14 a 22 aparecem indicadores que apontam para a convergência já postada no que se refere ao especialista em psicopedagogia que no cargo de Especialista em Educação Especial está atuando junto ao Atendimento Educacional Especializado:

Eis que durante a oportunidade dada trouxeram questões já reveladas nos outros encontros: a compreensão por parte dos pares do campo de atuação do profissional especialista do Atendimento Educacional Especializado. A ideia de termos diretrizes balizadoras para atuação do profissional da psicopedagogia nas salas de recursos multifuncionais. Apareceram também discursos ligados a valorização profissional e ao desejo de que as políticas de inclusão não se resumissem apenas ao Atendimento Educacional Especializado no que tange a Rede Municipal de Ensino (APÊNDICE I).

Atribuída a esta pesquisa o princípio etnográfico como método é imprescindível que se atenha aos dois pilares que o caracterizam: a interação prolongada entre o pesquisador, os sujeitos da pesquisa e a interação cotidiana do pesquisador no universo com os sujeitos, o que efetiva a investigação numa perspectiva de observação densa, criteriosa, detalhada tendo como foco a fala e a interpretação das manifestações culturais destes sujeitos, compreendendo uma visão holística de todo o entorno sociocultural no qual suas ações se circunscrevem (ANDRÉ, 2004).

Neste sentido, este trabalho de pesquisa etnográfico buscou compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, a sua cultura trabalhando, pela triangulação, com Elementos de Conteúdo Convergentes que possam categorizar quais os questionamentos trazidos pelas entrevistas que se reportam a pertinência da situação matricial que inquietam os sujeitos, oportunizando uma zona de filtragem acerca de quais servirão como fonte de análise para o pesquisador, que nesta investigação se refugiou na análise de conteúdo para discriminar os insumos da referida pesquisa.

3.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC de Alegrete tem, em seu organograma funcional, no que tange ao eixo das diretrizes e políticas públicas educacionais, o Núcleo de Assessoria e Avaliação Pedagógica - NAAP, que tem como objetivo constituir estratégias de orientação, coordenação, assessoramento e acompanhamento técnico-pedagógico junto à rede municipal que mantém, atualmente, 34 escolas (nove escolas de Educação Infantil e vinte e cinco escolas de Ensino Fundamental) e traça em seu projeto pedagógico, enquanto mantenedora, os seguintes princípios norteadores:

Promoção da inclusão, do exercício da cidadania, do diálogo, da justiça e da igualdade como agentes de transformação da sociedade através da Educação Libertadora. b) Educação como processo de formação de pessoas capazes de construir posturas e relações críticas, autônomas e criativas frente às desigualdades e injustiças sociais. c) Respeito às diferentes culturas, no que se refere à etnia, gênero, opção sexual, política e religiosa, valores, história de um povo, organizações populares e condição social. d) Educação como direito de todos/as construindo a participação democrática e qualidade social. e) Uma prática educativa que promova a autoestima, a autonomia, a capacidade criativa, numa vivência prazerosa, respeitando as características individuais. f) Uma prática educativa, visando

à qualidade e a equidade entre o ensino da zona urbana e o ensino da zona rural. g) Construção de valores humanistas: respeito, solidariedade, justiça, sensibilidade, igualdade, trabalho, honestidade, participação, humildade e respeito às diferenças. h) Valorização e articulação do saber popular ao conhecimento científico, através da ação-reflexão-ação. i) Integração das áreas dos conhecimentos entre si e com a vida, através de uma proposta interdisciplinar, para que se garanta um currículo voltado para as diferentes realidades, transcendendo o espaço físico da Escola e realizando inter-relações com as demais instituições da sociedade. j) Avaliação emancipatória tendo como princípio a construção social do conhecimento, como processo contínuo de caráter diagnóstico, coletivo e qualitativo, respeitando os diferentes tempos e ritmos. l) Escola como instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais, não alheia às vocações produtivas e potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sócio-cultural-econômica-ambiental (PROJETO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL/ SMEC, 2013, p. 23).

Fica evidente pelos princípios balizadores trazidos como fundamento para a atuação da SMEC junto às escolas municipais, que a constituição do trabalho pedagógico para o Ensino Fundamental tem o seu processo identitário traduzido no seu cotidiano escolar, através do entrelaçamento dos saberes, práticas e subjetividades do sujeito na e para a comunidade escolar com vistas à transformação social.

Assim, a Rede Municipal de Ensino de Alegrete, através da Secretaria Municipal de Educação, implantou em 2009, 16 salas multifuncionais tendo como base legal as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado - AEE na Educação Básica, regulamentada pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, este movimento garantiu através no Plano de Carreira do Magistério- Lei Complementar nº. 043, de 07 DE dezembro de 2011 a criação do cargo de Especialista em Educação Especial sendo que este foi articulado em três especificidades: a especialidade em Educação Especial, em Psicopedagogia e em Atendimento Educacional Especializado, ficando este profissional especialista com a incumbência de desenvolver as atividades técnicas do Atendimento Educacional Especializado nas salas multifuncionais.

Atualmente são 16 salas multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino sendo que destas apenas 12 estão em atividade com o profissional especialista nas Escolas Municipais de Educação Básica- EMEBs (Fernando Ferrari, Luiza de Freitas Valle Aranha, Dr. Romário Araújo De Oliveira, Mário Quintana, Lions Clube, Alcy Vargas Cheuiche, José Antônio Vilaverde Moura, Princesa Isabel, Eurípedes Brasil Milano, Euclides Lisboa, Antônio Saint Pastous de Freitas e Marcelo Faraco), as outras 04 salas (EMEBs:

Waldemar Borges, Alfredo Leães, Ibirapuitã e Escola Municipal de Educação Infantil -EMEI: Menino Deus) aguardam os profissionais para que o Atendimento Educacional Especializado entre em funcionalidade.

Assim, o desenho cartográfico (Figura 3) situa, em localização, não apenas a condição geográfica, mas também proporciona visualizar a dimensão de amplitude do Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Alegrete. O retrato projetado revela também, à necessária constituição de espaços permanentes de formação aos especialistas que atuam nas salas multifuncionais no sentido de constituírem conexões no que se refere às correntes epistemológicas que fundamentam suas práticas, e ainda, no que tange a ideia central da igualdade de oportunidades atendendo, em profundidade, as orientações legais para a educação inclusiva.

Figura 3 – Localização das Salas de Recurso



Figura 3 - Audiodescrição da imagem: A figura apresenta o mapa de localização das 16 Escolas Municipais de Alegrete – RS que possuem Salas de Recursos para o Atendimento Educacional Especializado. Identificadas em cores diferentes, cada escola está, no mapa, com um ícone em forma pontiaguda, como uma gota invertida, sendo que aqueles em que o referido ícone tem o centro na

cor azul possui salas em funcionamento, totalizando, assim, 12 escolas contempladas. Já, o ícone vermelho presente nas outras 4 escolas refere-se àquelas que ainda não possuem especialista na área para atuar nas referidas salas multifuncionais.

Fonte: Paz e Smolareck (2016).

Diante da emergência das discussões acerca da educação inclusiva e das dimensões legais de operacionalidade do AEE o Núcleo de Inclusão e Diversidade-NID criou um Grupo de Trabalho- GT composto pela representação e coordenação da secretaria juntamente com os 12 especialistas das salas multifuncionais para estudos de educação continuada tendo ainda este colegiado o desafio de construir diretrizes que norteará as práticas de cada especialista por linha de formação, as quais serão concentradas com as rotinas já previstas para as salas multifuncionais.

Desta forma esta pesquisa se propôs, tendo como eixo central, conhecer como ocorre a institucionalidade da psicopedagogia no AEE da Rede Municipal de Ensino de Alegrete, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas através da construção de diretrizes para atuação psicopedagógica nas salas multifuncionais.

Deixa-se claro assim que fizeram parte da pesquisa enquanto público de foco os 12 profissionais do Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino que compõe o Núcleo de Educação e Diversidade e as duas coordenadoras do Núcleo que estão vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, estes viveram o momento das entrevistas semiestruturadas, bem como a observação participante que aconteceu sistematicamente, seguindo o cronograma, durante os encontros de colegiado que se dão mensalmente. Para a apresentação dos dados, esses sujeitos de pesquisa foram identificados por letras Aa, Ab, Ac, consecutivamente (APENDICE C). Cabe salientar que foram seguidos todos os protocolos de resguardo propostos e apresentados ao Comitê de Ética da Universidade de maneira rigorosa. Quanto a análise dos arquivos sistematizados, se buscará atentar junto ao Projeto Político-Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, e as Diretrizes do Núcleo de Educação e Diversidade, as concepções que norteiam os princípios do Atendimento Educacional Especializado e as políticas de educação inclusiva no município.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A abordagem etnográfica, nessa pesquisa, se consolida pelo fato do pesquisador integrar a congregação de especialistas que atuam junto ao Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Alegrete, e neste sentido, avaliando a dinâmica do espaço investigado, cita-se, o Núcleo de Inclusão e Diversidade, tendo em vista a sistemática de encontros desses profissionais para dialogarem e estudarem partindo da problematização de suas realidades optou-se, para a coleta de dados o método da triangulação.

É válido pontuar que o método da triangulação (ANGROSINO, 2009) pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais. Seu fundamento é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões, sabe-se que tem como centralidade capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (ANGROSINO, 2009).

De forma pontual, Vergara (2006) aponta que a triangulação pode ser vista a partir de dois prismas: a estratégia que contribui com a validade de uma pesquisa; e como uma alternativa para a obtenção de novos conhecimentos, através de novos pontos de vista.

As contribuições da triangulação (Figura 4) no que se refere à dimensão de rigor, de amplitude, de complexidade, de riqueza, e de profundidade à investigação se manifesta pelas três dimensões que oferta para a coleta dos dados: as entrevistas (APÊNDICE C e D), a observação, e a análise de materiais de arquivo que possibilitam ao pesquisador atentar ao fenômeno por vários ângulos.

Figura 4 – Triangulação da investigação

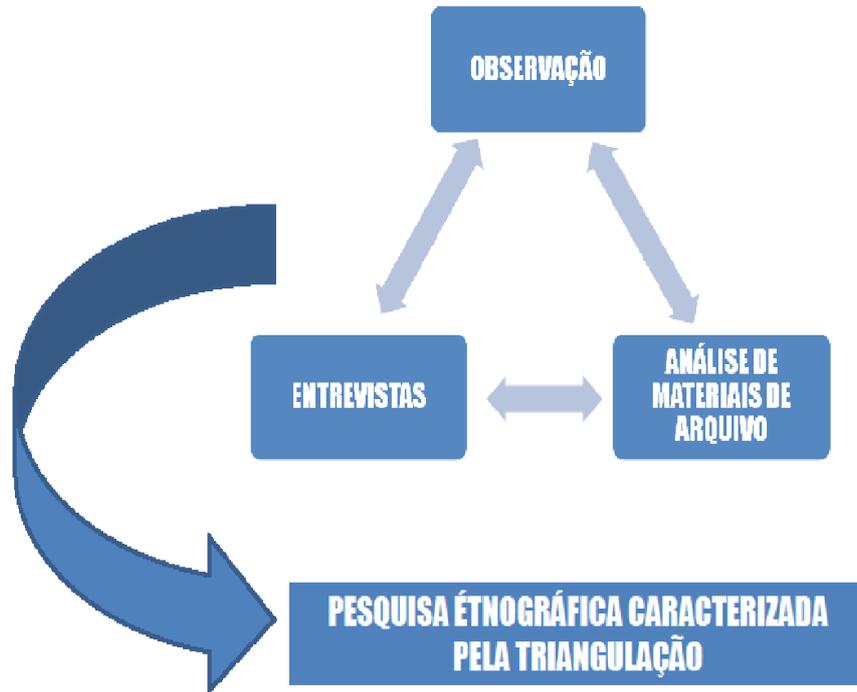


Figura 4 - Audiodescrição da imagem: Nesta figura, no formato de triângulo, estão apresentados os pilares do Método da Triangulação, feito por setas e três retângulos: no retângulo localizado no topo da imagem, no seu centro está escrito: “Observação”, nos dois retângulos da bases do triângulo lê-se, da esquerda para a direita: “Entrevistas” e “Análise de Materiais de Arquivo”, sendo que o desenho é envolto por uma grande seta que liga a triangulação ao título: “Pesquisa Etnográfica Caracterizada pela Triangulação”.

Fonte: Adaptado de Angrosino (2009).

É compreendido que toda a pesquisa requer uma base filosófica para a investigação e ainda que todo pesquisador precisa estar ciente da visão de mundo implícita ou ainda o paradigma que guia seus estudos. Isso implica em dizer que, embora o pesquisador conviva com elevado grau de incerteza, é necessário que ele busque e encontre o seu próprio caminho epistemológico (ANDRÉ, 2004).

Nesse sentido o método da triangulação possibilitou o desenho metodológico para categorizar, pela coleta de dados, elementos substanciais para se realizar uma análise efetiva diante do contexto e das problematizações da pesquisa que será operada.

A entrevista de caráter semiestruturada proporcionou para os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado e a coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade de trazerem suas concepções acerca de dimensões valiosas para essa pesquisa: a compreensão dos objetivos do Atendimento Educacional Especializado, a perspectiva da atuação do profissional da psicopedagogia nas salas multifuncionais, o entendimento das políticas de inclusão a partir da oferta do Atendimento Educacional Especializado e ainda as contribuições da psicopedagogia no campo das práticas inclusivas no que tange ao Atendimento Educacional Especializado.

O pesquisador, de posse das entrevistas já respondidas, segundo Vergara (2006) analisar que demandas objetivas e subjetivas estão imbricadas naqueles discursos com vistas a compreender o contexto problematizador da pesquisa.

A observação, por esta via, consiste em colaborar com o mapeamento de investigação do pesquisador no sentido de encontrar importantes evidências que irão ajudá-lo a responder as objetivações desenhadas para essa pesquisa. O trabalho de observação ocorreu durante as reuniões sistemáticas do Núcleo de Inclusão e Diversidade, onde os 12 profissionais do Atendimento Educacional Especializado, juntamente com as duas coordenadoras, encontraram-se mensalmente, o que, segundo o cronograma, se darão em cinco momentos, sendo participante a modalidade de observação, uma vez que o pesquisador está constituído e legitimado neste mesmo grupo de trabalho. O registro das informações levantadas foi pelo diário de bordo buscando atentar para todas as especificidades vividas durante a mobilidade neste espaço de formação.

Um diário é visto como um espaço organizado para registros que se descrevam experiências e observações vividas, incluindo elementos como: interpretações, impressões, sensações e pensamentos, sob a forma da escrita, com a intenção de ampliar as possibilidades de tornar concreto um conjunto de vivências, num dado contexto (ANDRÉ, 2004, p. 27).

Esta ferramenta permitiu se aprofunde o olhar acerca do espaço dos sujeitos da pesquisa para que se compreenda de forma mais efetiva como se dão alguns movimentos atitudinais, permitindo ampliar o campo da reflexão acerca da legitimidade do espaço psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado.

Optou-se, seguindo as orientações da triangulação, pela linha metodológica que elenca em analisar os materiais de arquivos, pois a diversidade de documentos

também pode ser empregada como elementos de investigação, desde a forma de sua construção até os estudos e a operacionalidade destes no terreno pedagógico das salas multifuncionais. Aqui neste trabalho de pesquisa buscou-se estudar o Projeto Político-Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e as Diretrizes Balizadoras do Núcleo de Inclusão e Diversidade no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, o papel do Especialista em Educação Especial, e as Políticas de Inclusão atentando-se para as conexões destes três marcos discursivos.

Essas informações adicionais levantadas pela análise de materiais de arquivo devem ser consideradas, antes de qualquer tentativa de transferência, como uma possibilidade rica para se compreender que fundamentos norteiam as práticas já consolidadas, além de sugerir mais uma ferramenta para a ampliação da coleta de dados (VERGARA, 2006, p. 45).

Esta postura investigativa é viável porque a atitude de conectar a observação, as entrevistas com a análise de materiais de arquivo praticam um interrogatório interativo, além de ampliar as possibilidades de se levantar dados com manobras específicas incorporadas para angariar múltiplos olhares no campo do trabalho investigativo.

3.6 AFINANDO OS DIÁLOGOS SOBRE AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS DADOS, OPTANDO PELA ANÁLISE DE CONTEÚDO

É importante que se registre que a Análise de Conteúdo teve seu surgimento no início do século XX nos Estados Unidos com intuito de analisar materiais jornalísticos. Esta técnica, entre 1940 e 1950 teve maior reconhecimento quando cientistas iniciaram seus interesses por símbolos políticos, situação esta, que contribui para o desenvolvimento da teoria que se expandiu para outras áreas entre os anos de 1950 e 1960.

Avançando, cabe pontuar que a técnica é um instrumento de pesquisa científica e pode ser aplicada em inúmeras situações no campo acadêmico, e que seus procedimentos variam de acordo com os objetivos apresentados pelas pesquisas. A análise de conteúdo pode ser conceituada de várias formas uma vez que consideram-se a vertente teórica e intencionalidade que o pesquisador lhe emprega envolvendo conceitos associados à semântica estatística do discurso; técnica visando a inferência através da identificação objetiva e sistemática de

características que são específicas da mensagem; conjunto de procedimentos que visem à produção de inferências válidas de um texto sobre emissores, a própria mensagem ou audiência da mensagem (OLIVEIRA, 2008) e, ainda, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2011).

Partindo da orientação metodológica trazida por Bardin (2011), no que abriga a análise de conteúdo, realizou-se uma pré-análise do material obtido, a sua exploração e o tratamento e interpretação dos resultados. Na pré-análise o pesquisador teve a oportunidade de elencar suas intuições em efetivas hipóteses a serem validadas ou não nas etapas que serão consecutivas e se configura no contato inicial com o material coletado. Já a exploração do material se fundamenta como a afirmação de categorias, tendo como base as observações registradas no diário de bordo, as entrevistas já transcritas e a análise do material de arquivo serão elencados os elementos para classificá-los em grupos para realizar, então, a classificação de elementos que estão em comum.

A interpretação dos resultados, que se postula enquanto fase final da Análise de Conteúdo se deu através da interpretação dos dados coletados, integrados ao repertório teórico aprofundado no decorrer deste trabalho de investigação. Momento considerado ápice do processo, pois no conjunto dará legitimidade à pesquisa, atentando para os seus objetivos no sentido de compreender e validar os resultados no campo acadêmico (BARDIN, 2011).

Assim, entende-se a complexidade deste trabalho de análise de conteúdo partindo da matriz de elementos coletados e, ainda, para dar um maior grau de efetividade à pesquisa, as categorias de análise, por escolha do pesquisador, serão elencadas, após a coleta de dados, quando se entende que as definições das mesmas atenderão para as demandas que problematizam a pesquisa.

3.7 QUESTÕES ÉTICAS

O projeto foi apreciado inicialmente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – UFSM). E, após ser aprovado pelo mesmo, foi apresentada, aos participantes, o Termo de confidencialidade e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICES A e B). O grupo foi composto por 14 pessoas (2 coordenadores e 12 professores das salas de recursos multifuncional) da cidade de Alegrete-RS. O mesmo foi efetuado com base em uma breve explicação por parte

do pesquisador e, após, a assinatura do TCLE. Os riscos da participação na pesquisa poderiam ser relacionados ao fato dos professores e coordenadores não quererem expor seu trabalho, ficarem com receio de que fosse publicado, entretanto o pesquisador ofereceu apoio e orientação, visando compreensão. O pesquisador esteve atento a estas possibilidades buscando sanar quaisquer dúvidas e contornar as situações que poderiam surgir, com argumentos fundamentados em teorias.

Ainda, o participante pôde esclarecer suas dúvidas em qualquer momento da pesquisa, além de ter a liberdade de abandoná-la a qualquer momento caso desejasse. Os benefícios da pesquisa, consistiram na ampliação do conhecimento da área, bem como a possibilidade do desenvolvimento de ações de caráter interventivo na direção da reestruturação dos serviços de inclusão do município de Alegrete-RS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa enquanto fenômeno nos aponta possibilidades de, seguindo o rigor científico detalhado no método, buscar uma compreensão mais profunda de uma cultura e de suas caracterizações no contexto social investigado (ANGROSINO, 2009, p. 28).

Dialogar com as realidades educacionais implica num movimento de problematização do processo pedagógico, buscando compreender os complexos sociais que atravessam o terreno educativo. A ideia neste trabalho acadêmico de categorizar as discussões como elementos de conteúdo persegue a pertinência de, na divergência e na convergência, trazidas pela coleta via triangulação cartografar os dados informacionais para a exploração em análise (ANDRÉ, 2004), numa perspectiva de aprofundamento da pesquisa e constituição de tencionamentos no que se refere à produção e apropriação de conhecimentos em educação inclusiva. Assim, constituir uma postura epistemológica diante da produção em pesquisa, elegendo categorias para a sistematização dos elementos de conteúdo (OLIVEIRA, 2008) garante ao percurso metodológico uma dimensão de etnográfica da realidade investigada.

4.1 ELEMENTOS DE CONTEÚDO DIVERGENTES (ECDS)

Atentar a pesquisa acadêmica aliada à história da investigação social nos remete a evidências de esforços para combinar, numa única abordagem de pesquisa, diferentes métodos de recolha e análise de informação, no sentido de capturar a leitura dos fenômenos que atravessam a vida humana.

Esta configuração aparece nos apontamentos de Angrosino (2009, p. 28):

A pesquisa enquanto fenômeno nos aponta possibilidades de, seguindo o rigor científico detalhado no método, buscar uma compreensão mais profunda de uma cultura e de suas caracterizações no contexto social investigado.

Assim, estas mudanças, os complexos sociais e a conseqüente diversidade de universos de vida confrontam crescentemente os investigadores com novos cenários e novas perspectivas. Para tanto, a triangulação se constitui,

inegavelmente, numa dinâmica de investigação, no campo metodológico, que tem buscado compreender de maneira legítima estes enredos humanos, assumindo inclusive um caráter interdisciplinar no campo da Ciência.

A identificação de que as dimensões sociais atravessam o contexto da pesquisa se revela no Diário de Bordo 03/2016, Apêndice I da linha 34 a 35:

Estava evidente a angústia dos colegas e confesso que minha também em relação ao posicionamento do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade ser mais efetivo em relação às demandas que se apresentam para o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino. Naquele momento me senti navegando em meio a águas turbulentas, o que às vezes é necessário para que se volte à rota. Para minha surpresa mais uma vez o meu projeto de pesquisa foi citado pela coordenação como possibilidade de ajudar no sentido de proporcionar uma discussão mais profunda acerca destas questões. Aproveitei o ensejo retomei o objetivo de meu trabalho de investigação e disse que ajudará, mas lembrei que muitas das dimensões são de ordem legal e institucional, e que buscarei contribuir dentro de meu campo de pesquisa.

Desta forma, assumir sua intenção interdisciplinar como estratégia de abordagem de objetos complexos constitui a triangulação enquanto práxis científica capaz de apreender as dimensões objetivas e subjetivas da realidade e de superar a falsa dicotomia entre sujeito e objeto da pesquisa, o que revela, no caso desta pesquisa, que a atuação do psicopedagogo no campo do Atendimento Educacional Especializado ainda é uma prática repleta de questionamentos provocativos acerca dos saberes e fazeres da ação psicopedagógica, esta observação fica notória partindo da consideração da Especialista Ag quando se refere à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado (questão de nº 07):

Percebo que o psicopedagogo esta a cada dia fazendo novas tentativas e descobertas... em como trabalhar as dificuldades encontradas com cada aluno, ... na verdade estamos engatinhando né, mas com muita vontade de fazer o diferente com os nossos alunos.

Na pesquisa em questão, os elementos de conteúdos divergentes são categorizados como sinalizações desencontradas, mas não menos relevantes, reveladas nos eixos que sustentam a dinâmica da triangulação: entrevistas, observação e análise de materiais de arquivos, sendo assim são elementos interessantes para se entender o quanto os sujeitos desta pesquisa ainda evidenciam uma compreensão fragmentada do contexto social e profissional,

todavia, eleva-se que o pesquisador, neste trabalho acadêmico, não se valerá, para análise, destas diretrizes de conteúdo.

Esta dimensão se retrata no discurso da Especialista Ae quando tem a oportunidade de apresentar, durante a entrevista, a importância do profissional psicopedagogo no Atendimento Educacional Especializado (questão de nº 11): *“Sim, lógico, sou psicopedagoga institucional com especialização em AEE (risos)”*, a resposta pontual, mas sem aprofundamento, inclusive com risos retratou a impressão, ao pesquisador, de que a entrevistada não concebia com muita clareza o grau de importância, ou ainda, quais as categorizações que cancelam a relevância deste profissional na sala de recursos multifuncional.

Entende-se ainda, ser importante, apontar os elementos de conteúdo divergentes encontrados nesta investigação, haja vista, o reconhecido enfoque simultaneamente, hermenêutico e dialético, proposto por Angrosino (2009) da triangulação no que se refere a sua aplicabilidade nas Ciências Humanas, e quando desenvolvido em grupos participantes da investigação, viabilizando, desta forma, a combinação de múltiplos aportes teóricos, nos mostrando formas de superar a exclusão dos aspectos subjetivos, o que tem assombrado a racionalidade científica ao longo dos tempos.

Abordagem postada por André (2004, p. 42):

Quando se investiga com aproximação efetiva na cultura dos atores de pesquisa, se realiza, inevitavelmente, um movimento carregado de complexidades, tanto no que tange ao método quando ao movimento de captura da realidade pelas narrativas que se faz, é o que se denomina de movimento dialético.

Nesta pesquisa, a ideia da triangulação é retomada para apoiar a construção de indicadores que permitam qualificar dimensões objetivas e interpretar as facetas subjetivas do processo social estudado, daí a intenção de dedicar um capítulo específico para os elementos de conteúdo divergentes elencados nesta produção acadêmica, os quais também buscaram expressar as características próprias e legítimas do cenário social sob análise.

A apresentação de alguns dos elementos tomados como divergentes no tocante as conexões na triangulação trouxeram a possibilidade de se atentar para questões significativas na matriz da condição identitária do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado, no universo da Rede

Municipal de Ensino de Alegrete. As dimensões como concepções desconstruídas no que abarca a educação inclusiva, os aspectos da intervenção psicopedagógica na educação especial, a dimensão do público alvo do atendimento em salas de recursos multifuncionais e a própria caracterização da educação continuada se fizeram em valiosas pistas para se consagrar a relevância deste trabalho de mestrado para a implementação deste processo. No Diário de Bordo 04/2016, da linha 27 a linha 34 estas dimensões ficam em evidência:

Encerro este registro dizendo que a confraternização trouxe à tona muita emoção, durante as conversas informais as colegas e a coordenação foram lembrando o processo de implantação do Atendimento Educacional Especializado, as lutas, os desafios, as dificuldades para aceitação desta proposta pelas próprias escolas regulares e ainda o quanto a comunidade escolar demorou em compreender o espaço da sala de recursos multifuncional como um espaço inclusivo e não clínico.

Sabe-se que o ser humano move-se na vida questionando, enfrentando barreiras, deparando-se com dilemas, envolvendo-se, sonhando, lidando com desordens, atravessando o tempo, enfim fazendo-se como sujeito histórico. É um movimento repleto de descontinuidades, descontinuidades estas entre a realidade e os sensores humanos, entre os sensores e a mente, entre a mente e a “língua”, entre a língua e a mensagem criada, entre a mensagem criada e o canal utilizado, entre um ser humano agora e o mesmo daqui a instantes, e é esta dinâmica de e com o mundo que vai nos possibilitando trabalhar com as descontinuidades (ANDRÉ, 2004).

Os fragmentos descontínuos trazidos neste texto acadêmico são na verdade divergências para a triangulação que servem como pistas para uma avaliação legítima da cultura estudada e do cenário pesquisado (ANDRÉ, 2004). De maneira abreviada, os conteúdos divergentes trouxeram a possibilidade de entender os sujeitos da pesquisa caracterizados por seis elementos balizadores: 1) o ser humano como sendo construtivo e ativo; 2) os sujeitos orientados situacionalmente por uma trilha histórica; 3) a construção de uma visão holística das experiências observadas; 4) o entendimento das lógicas objetivas e subjetivas envolvidas no processo; 5) o zelo pela análise sistemática das individualidades; 6) o emprego de uma dimensão eminentemente humana durante a análise da cultura. Estes eixos forjaram a possibilidade de garantia da necessária movimentação contínua ante essa realidade permeada de descontinuidade, trazendo relevantes problematizações acerca do

Atendimento Educacional Especializado e a atuação psicopedagógica como dimensões efetivamente conectadas.

Os elementos de conteúdo divergentes materializados na constituição destes esquemas conceituais são movidos pela existência de questões surgidas a partir de uma realidade de pesquisa permeada pelo pertinente tencionamento de como se pode pensar a atuação psicopedagógica na perspectiva de garantir um regime de possibilidades para a concretude da educação inclusiva.

O Especialista Bb traz em seu discurso sinalizações desta dimensão quando revela seu entendimento sobre qual é o efetivo papel do Atendimento Educacional Especializado (questão de nº 02): “Entendo que é o de suplementar e complementar o conhecimento que se encontra em demasia ou em deficiência.” Fica evidente que a representação trazida pela entrevistada, mesmo podendo discorrer mais durante a entrevista, se limita ao que posiciona o marco legal e ainda de maneira um tanto confusa, nos trazendo como provocação a preocupação de como se dá o entendimento efetivo da própria Política Nacional para a Educação Inclusiva e seu desdobramento na rede onde atua e onde a pesquisa acontece.

Para Perrenoud (2000, p. 56):

A diferenciação no processo pedagógico no sentido de respeitar as diferenças requer uma visão totalitária do contexto, uma ação educativa reducionista pode comprometer a atuação no sentido de garantir uma mudança na cultura e na sociedade.

O terreno pedagógico tem apontado cada vez mais para a ideia pertinente de reconhecimento, na dinâmica curricular, das legitimidades humanas, ou seja, ver o outro como único e legítimo outro, o que nos faz atentar não apenas para as especificidades dos estudantes, mas sim de todos os atores envolvidos no processo. Diante disso, firma-se a relevância dos apontamentos trazidos pelos especialistas que atuam junto ao Atendimento Educacional Especializado e suas percepções acerca deste território de aprendizagem, uma vez que neste sentido assumi-se a identidade pedagógica e suas singularidades numa dimensão mais ampla e profunda, tratando de ouvir quem as promove e qual regime de verdades guiam seus saberes e fazeres.

Diante da condição de se compreender as práticas como guiadas por uma matriz teórica implícita e explícita e a cultura como uma teia de relações cruzadas, como um enredamento que perpassa e se constrói com o sujeito em todas as suas

dimensões, atravessando suas vivências, suas contingências, suas possibilidades, suas memórias e as suas interpretações no conjunto de sua atuação nos múltiplos contextos é que se eleva a importância de se entender às divergências de conteúdo como elementos interessantes para que se perceba a naturalização de algumas práticas consagradas.

No Diário de Bordo 01/2016, da linha 13 a linha 21, os especialistas trazem inquietudes acerca do contexto de suas práticas que evocam, mesmo talvez sem uma compreensão profunda, dilemas acerca da realidade vivida:

Todos trouxeram suas experiências institucionais sendo que ficaram muito evidente, nos discursos, dois elementos: **a ideia de que há uma grande dificuldade ainda de que se entenda a educação inclusiva como um compromisso institucional, a preocupação com a grande demanda de estudantes para avaliação e atendimento uma vez que todos aqueles que apresentam dificuldades no campo da aprendizagem com deficiência ou não são encaminhados pela orientação educacional da escola, para as salas recursos multifuncionais, mesmo que haja normativas para a dinâmica deste fluxo.**

Considera-se, nesse sentido, que os elementos de conteúdo divergentes, ao mesmo tempo que, pessoais e profissionais, são representações também culturais dada a sua contextualidade, o que edifica a importância destes elementos para o desdobramento da análise dos dados. É oportuno, nesta altura, ressaltar que mesmo, nesta pesquisa, se trabalhando apenas com os elementos de conteúdo convergentes para a análise dos dados coletados entendeu-se como relevante, dedicar um espaço, na teorização, deste trabalho acadêmico para se tencionar as descontinuidades trazidas nas divergências contempladas nos eixos da triangulação.

4.2 ELEMENTOS DE CONTEÚDO CONVERGENTES (ECCS)

As constantes transformações no entendimento dos processos educativos oriundas das mutações nas sociedades humanas após as transformações do modo de produção no século XIX fizeram emergir um desencadeamento de múltiplos paradigmas na compreensão das Ciências Humanas acerca do fenômeno de aquisição e apropriação do conhecimento, avançou-se no seu modo de conceber a condição humana e sua legitimidade na evolução do pensamento.

No mesmo sentido, a Psicopedagogia enquanto Ciência também observou a necessidade de distanciar o pensamento superficial e desintegrado para assumir uma nova postura frente às intervenções humanas em seu espaço de vivência, nas

manifestações educativas e na complexidade da aquisição das aprendizagens, tendo como centro de suas inquietações as relações do ser humano com os objetos de conhecimento, buscando a compreensão destas aquisições e da forma de concebê-las, na perspectiva de problematizar o saber em sua dimensão legítima da apropriação.

É interessante que se atente que o envolvimento do ser humano no desempenho de qualquer papel em âmbito social implica em tomar decisões baseadas em modelos construídos ao longo de sua própria trajetória, são matrizes legitimadas que definem a caracterização decisória de cada sujeito e do regime de verdades que deverá governar suas construções no coletivo social.

No contexto educativo, de maneira pontual, no campo dos saberes e fazeres da educação inclusiva é preciso que se desenvolvam repertórios de conhecimentos para a transformação das práticas segregadoras, ressignificando-as para uma dimensão de promoção da condição humana e de ruptura de paradigmas no que se refere aos modelos pedagógicos de transmissão operados, ao longo dos tempos, na dinâmica curricular, oportunizando assim, o revisitar e o reconduzir das concepções acerca do processo educacional enquanto dimensão epistemológica.

Diante do exposto a que se firmar que as categorias descritas são resultado das matrizes latentes nos elementos de conteúdo identificados nos diários de bordo (01, 02,03 e 04/2016) e na análise de materiais de arquivo: Proposta Pedagógica da Secretaria (Vigência 2012/2016) e o Plano de Carreira do Magistério Municipal (Lei Complementar Nº. 043, de 07 De Dezembro de 2011) projetando, conforme já exposto, nesta discussão de dissertação, uma evidente fragilização de aprofundamento teórico nos aspectos que norteiam, caracterização, definições e cartografia da atuação do profissional da psicopedagogia concursado como especialista em educação especial, nas salas de recurso multifuncionais da rede municipal de ensino, do município de Alegrete.

O universo de pesquisa delineado para esta investigação, que se configurou pela manifestação metodológica etnográfica, uma vez que o pesquisador faz, tem e toma parte do contexto dos especialistas em educação especial, trouxe uma fartura de elementos de conteúdo para balizar a posterior análise de dados. Neste sentido, buscando o necessário aprofundamento de discussão dentro do nicho de pesquisa, organizou-se a atmosfera da coleta de dados em duas categorias de análise. Essas categorias foram elencadas de uma forma qualitativa, uma vez que para MAADS (1993, p. 54) a teoria da análise de conteúdo pode ser abordada qualitativamente

quando trata “da presença ou da ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento de mensagem”. Partindo dessa premissa é que se elegeram categorias. Para Bardin (1977, p. 153) a análise de categorias “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. Nesse sentido, analisando os dados obtidos nas entrevistas optou-se por atribuir aos discursos dos profissionais duas categorias de análises: **os Elementos de Conteúdo Divergentes (ECDs) e os Elementos de Conteúdo Convergentes (ECCs)**, criados para dar o devido ordenamento exigido pelo rigor acadêmico.

Neste momento de aprofundamento conceitual se tratará dos elementos de conteúdo convergentes, o que num conceito inicial o pesquisador entende como tudo aquilo que se dirige para um ponto comum, que caminha para a mesma direção, concentrando, agregando, assim, estes elementos de convergência tem, no enredo da dinâmica, conexões de cunho textual em seus elementos que calcam tencionamentos para possível reflexão, o que se mostrou ao longo deste trabalho intelectual quando se descreveu na discriminação intitulada: **“2.3 A Triangulação, o Processo de Coleta de Dados e a Possibilidade dos Elementos de Conteúdo Convergentes (ECCs)”** trazendo a organização da coleta e da opção de se trabalhar com a convergência projetada pelos diários de bordo e materiais de arquivo para se eleger as questões de entrevista que seriam a base de aprofundamento deste capítulo.

É oportuno que se registre que durante a organização e depuração dos diários de bordo (01, 02,03 e 04/2016) e das análises de materiais de arquivo: Proposta Pedagógica da Secretaria (Vigência 2012/2016) e o Plano de Carreira do Magistério Municipal (Lei Complementar Nº. 043, De 07 De Dezembro de 2011) evidenciou-se quatro dimensões de pertinência no que tange ao profissional da psicopedagogia e sua atuação profissional no Atendimento Educacional Especializado: **Aspectos de Natureza Profissional, Aspectos de Natureza Formativa e Aspectos de Natureza Inclusiva**, que assim definidos serão desdobrados partido da problematização das questões de entrevista que discorrem sobre estes três aspectos e que aqui se apresentam abaixo:

Questões dirimidas em entrevista com a coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Alegrete e que contemplam estes os aspectos de pertinência:

Quadro 4 – Questões relativas aos aspectos de natureza profissional, formativa e inclusiva - Coordenadores

02	Como você caracterizaria o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Alegrete?
04	Qual tem sido o trabalho do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no sentido de garantir o espaço de educação continuada aos especialistas que atuam nas salas multifuncionais?
05	Enquanto coordenação, como entende o papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
06	Que desafios se levantam para o Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no que se refere à garantia das políticas públicas de inclusão escolar?
07	Você acredita que a construção da possibilidade de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado ajudaria a fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido?

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Questões da entrevista, agora realizada com os Especialistas em Psicopedagogia que serão tratadas em convergência por estarem efetivas nos três aspectos trazidos pelo pesquisador:

Quadro 5 – Questões relativas aos aspectos de natureza profissional, formativa e inclusiva - Especialistas

02	Em seu entendimento qual é o efetivo papel do Atendimento Educacional Especializado?
03	Como percebe a atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
04	Na sua escola como acontece o sistema de triagem dos estudantes para participarem do atendimento na Sala Multifuncional?
07	Como você caracteriza o trabalho do profissional da psicopedagogia nas salas multifuncionais?
08	Você acredita/entende que existindo uma caracterização mais efetiva da atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado facilitaria a intervenção? Por quê?

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

É importante que se ressalte que ao longo da discussão destas três categorias de conteúdo: Aspectos de Natureza Profissional, Aspectos de Natureza Formativa e Aspectos de Natureza Inclusiva, os discursos trazidos nas questões triadas por convergência se farão utilizados para ilustrar as reflexões

acadêmicas em cada um dos aspectos revelados pela análise dos diários de bordo e os materiais de arquivo como já mencionado.

Aspectos de Natureza Profissional: Estes aspectos estão relacionados aos elementos legais e de formação acadêmica diante do contexto de trabalho e de suas especificidades.

Aspectos de Natureza Formativa: Os aspectos de natureza formativa estão atrelados a dimensão da formação inicial e continuada diante do campo de atuação e suas complexidades.

Aspectos de Natureza Inclusiva: Este eixo se refere à natureza inclusiva da atividade profissional realizada pelo especialista da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado no que corrobora para práticas psicopedagógicas de superação aos ideários de homogeneização e segregação e que possibilitem, de maneira legítima, atender o público alvo deste espaço institucionalizado.

No Quadro 6, apresentar-se as divisões dos conteúdos da categoria “Elementos de Conteúdo Convergentes” nas subcategorias que lhes foram atribuídas.

Quadro 6 – Elementos de Conteúdo Convergentes

(continua)

ELEMENTOS DE CONTEÚDO CONVERGENTES			MANIFESTAÇÕES DE CONEXÃO DE CONTEÚDO
<i>Aspectos de Natureza Profissional</i>	<i>Aspectos de Natureza Formativa</i>	<i>Aspectos de Natureza Inclusiva</i>	DENOMINAÇÕES VERBAIS <i>Tempo Verbal: Infinitivo</i>
-Entendo que como as coordenadoras do Núcleo são psicopedagogas, que seja fundamental o papel deles, que inclusive tem abertura para incluir	- Entendo que como as coordenadoras do Núcleo são psicopedagogas, que seja fundamental o papel deles, que inclusive tem abertura para incluir alunos com dificuldades na	-Eu caracterizaria como um avanço na área da Educação Inclusiva, acho que é um recurso, uma possibilidade de diminuir as barreiras para os alunos com deficiência	Entender, incluir, complementar, levar, investigar, a creditar, garantir, crer, agregar, organizar, implicar, prevenir, potencializar, perceber, colaborar, descobrir possibilitar, acolher, caracterizar e

(continua)

<p>alunos com dificuldades na aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas crianças. (Entrevistado: Ba)</p>	<p>aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas crianças. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- Acredito que incluir alunos com dificuldades na aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas crianças se assim houver. (Entrevistado: Bb)</p>	<p>matriculados em nossas escolas. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- Entendo que é o de suplementar e complementar o conhecimento que se encontra em demasia ou em deficiência. (Entrevistado: Bb)</p> <p>- Olha, são muitas as dificuldades, as primeiras advindas do histórico social excludente e preconceituoso né, que se reflete nas escolas e os aspectos financeiros que impossibilitam maiores investimentos. (Entrevistado: Ba)</p>	<p>colaborar, pensar, aplicar, identificar, enquadrar, normatizar, fazer, superar, conquistar, organizar, contribuir, direcionar, assumir, aliar.</p>
<p>- Acredito que incluir alunos com dificuldades na aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas crianças se assim houver. (Entrevistado: Bb)</p> <p>- Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- Claro que sim, penso que seria muito importante, pois garantiria uma maior organização do trabalho do psicopedagogo no Atendimento Educacional</p>	<p>- Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- De maneira qualificadora. (Entrevistado: Bb)</p> <p>- Percebo como uma forma de atendimento diferenciado que leva à inclusão e não à exclusão de direito. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Acho que esse profissional somente agrega né, é muito bem-vinda. (Entrevistado: Ab)</p>	<p>- Creio que aspecto mais significativo é a formação continuada né seguido da troca de experiências entre profissionais. (Entrevistado: Bb)</p> <p>- Então, eu sei que ele não é obrigatória, mas eu acho que ele é fundamental porque ahn ele é um apoio a mais que o aluno recebe né, ele se trata de um atendimento que é diferenciado né e que implica ahn em realização de exercícios separados não podendo ferir o direito a igualdade. (Entrevistado: Aa)</p>	

(continua)

Especializado, sinto que às vezes se sentem perdidos. (Entrevistado: Bb)			
<p>- Percebo como uma forma de atendimento diferenciado que leva à inclusão e não à exclusão de direitos. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Acho que esse profissional somente agrega né, é muito bem-vinda. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Uhn, ultimamente, a psicopedagogia uhn ela tem como característica fundamental ser uma área que lida com o processo de aprendizagem humana né ih... eu penso que ela vem contribuindo muito para nossa formação na hora de lidarmos uhn... com as situações-problema contribuindo para o sucesso escolar. (Entrevistado: Ac)</p> <p>- Eu percebo que, atualmente, com o crescente aumento do número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Específicas, é uma exigência que se faz presente uhn... nos espaços escolares e, principalmente, no AEE. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- De forma positiva, com estudos sempre! (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Eu percebo que, atualmente, com o crescente aumento do número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Específicas, é uma exigência que se faz presente uhn... nos espaços escolares e, principalmente, no AEE. (Entrevistado: Ad)</p>	<p>- Uhn, ultimamente, a psicopedagogia uhn ela tem como característica fundamental ser uma área que lida com o processo de aprendizagem humana né ih... eu penso que ela vem contribuindo muito para nossa formação na hora de lidarmos uhn... com as situações-problema contribuindo para o sucesso escolar. (Entrevistado: Ac)</p> <p>- Eu percebo que, atualmente, com o crescente aumento do número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Específicas, é uma exigência que se faz presente uhn... nos espaços escolares e, principalmente, no AEE. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- De forma positiva, com estudos sempre! (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Acho enriquecedor e uhm... desafiador também. (Entrevistado: Af)</p>	<p>-Hum... Eu percebo... como uma forma de atendimento diferenciado que leva ahh à inclusão e não à exclusão de direitos. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Acho que na troca de experiências e informações. (Entrevistado: Aa)</p> <p>-Bom, eu caracterizo o AEE pelo caráter multidisciplinar que ele assume né, tanto preventivo, clínico ou terapêutico ou de treinamento, pois ele adota diferentes metodologias pra potencializar o processo de aprendizagem dos alunos. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Penso que é para fazer uma ponte entre as dificuldades enfrentadas pelo aluno, que ligue ele até a sala de ala convencional. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Aqui ele ocorre através da percepção do professor e do encaminhamento ahh para avaliação. (Entrevistado: Ab)</p>	

(continua)

<p>- Acho enriquecedor e uhm... desafiador também. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Percebo que o psicopedagogo está a cada dia fazendo novas tentativas e descobertas uhn... em como trabalhar as dificuldades encontradas com cada aluno, uhn... na verdade estamos engatinhando né, mas com muita vontade de fazer o diferente com os nossos alunos. (Entrevistado: Ag)</p> <p>- Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho. (Entrevistado: Ba)</p> <p>- Caracterizaria como um avanço na área da Educação Inclusiva, oportunidade de ampliar o olhar acerca das deficiências no contexto da escola regular. (Entrevistado: Bb)</p> <p>- Acho que na troca de experiências e informações. (Entrevistado: Aa)</p>	<p>- Percebo que o psicopedagogo está a cada dia fazendo novas tentativas e descobertas uhn... em como trabalhar as dificuldades encontradas com cada aluno, uhn... na verdade estamos engatinhando né, mas com muita vontade de fazer o diferente com os nossos alunos. (Entrevistado: Ag)</p> <p>- Acho que na troca de experiências e informações. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Bom, eu caracterizo o AEE pelo caráter multidisciplinar que ele assume né, tanto preventivo, clínico ou terapêutico ou de treinamento, pois ele adota diferentes metodologias pra potencializar o processo de aprendizagem dos alunos. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Então... penso que de maneiras diversas né porque ele atua na área psicológica e na área prática através das atividades. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Penso que sim, pois as intervenções na maioria das vezes são as mesmas da sala de AEE. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Bah, é um grande desafio né uhm... lidar com estes alunos quando chegam até nós. Acho que o profissional de AEE nos possibilita desenhar o perfil também destes alunos que farão parte</p>	<p>- Então... penso que de maneiras diversas né porque ele atua na área psicológica e na área prática através das atividades. (Entrevistado: Ab)</p> <p>Penso que sim, pois as intervenções na maioria das vezes são as mesmas da sala de AEE. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Bom, o nosso papel como professor de AEE é o compromisso sério com essas crianças com deficiência né. Uhn, Investigar a deficiência conversando com a família, buscando alguns dados que esclareça e que orientem os pais para a busca de um profissional médico para que, com um laudo médico, haja o direcionamento do nosso trabalho que teremos com este aluno. O professor de AEE não é reforço e não é médico, porém tem uma responsabilidade de identificar suas limitações e deficiências junto com a família e médicos. (Entrevistado: Ac)</p> <p>-Aqui ele é oferecido no contra turno né, onde trabalhamos desde as suas deficiências até a socialização de cada um. Isso ajuda para que a gente garanta uma maior aprendizagem, uhm... uma vez tratando da extensão do período de permanência do aluno na escola. (Entrevistado: Ac)</p>	
---	---	---	--

(continua)

	<p>das sala de recursos e que iremos trabalhar juntos ou que possamos identificar a sua relação para público em questão. Aí é que começa o nosso desafio o que é maravilha desde o primeiro momento. (Entrevistado: Ac)</p>		
<p>- Bom, eu caracterizo o AEE pelo caráter multidisciplinar que ele assume né, tanto preventivo, clínico ou terapêutico ou de treinamento, pois ele adota diferentes metodologias pra potencializar o processo de aprendizagem dos alunos. (Entrevistado: Aa)</p> <p>- Então... penso que de maneiras diversas né porque ele atua na área psicológica e na área prática através das atividades. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Penso que sim, pois as intervenções na maioria das vezes são as mesmas da sala de AEE. (Entrevistado: Ab)</p> <p>- Bah, é um grande desafio né uhm... lidar com estes alunos quando chegam até nós. Acho que o profissional de AEE nos possibilita desenhar o perfil também destes alunos que farão parte das sala de recursos e que iremos trabalhar</p>	<p>- Sim. A psicopedagogia vem colaborar com todos aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, uhm... só tem a colaborar, uhm... com aqueles que não conseguem acompanhar com os seus colegas e que muitas vezes né, uhm... como que eu vou dizer, uhm... são “deixados” pra trás no processo de aprendizagem. (Entrevistado: Ac)</p> <p>- Bom, é necessário, ainda que se leve em consideração que sejam aliados conhecimentos atualizados sobre formas de intervenção específicas né, como a LIBRAS, o Braille, o ABA, entre outras, tecnologias assistivas e conhecimentos direcionados aos aspectos da educação especial. (Entrevistado: Ad)</p>	<p>- Bah, é um grande desafio né uhm... lidar com estes alunos quando chegam até nós. Acho que o profissional de AEE nos possibilita desenhar o perfil também destes alunos que farão parte das sala de recursos e que iremos trabalhar juntos ou que possamos identificar a sua relação para público em questão. Aí é que começa o nosso desafio o que é maravilha desde o primeiro momento. (Entrevistado: Ac)</p> <p>-Sim. A psicopedagogia vem colaborar com todos aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, uhm... só tem a colaborar, uhm... com aqueles que não conseguem acompanhar com os seus colegas e que muitas vezes né, uhm... como que eu vou dizer, uhm... são “deixados” pra trás no processo de aprendizagem. (Entrevistado: Ac)</p> <p>- Ele deve colaborar no desenvolvimento das possibilidades de aprendizado de todos os alunos. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- Bom, ela começa</p>	

(continua)

<p>juntos ou que possamos identificar a sua relação para público em questão. Aí é que começa o nosso desafio o que é maravilha desde o primeiro momento. (Entrevistado: Ac)</p>		<p>com a acolhida das famílias e depois disso é feita uma avaliação inicial em que a gente pode ou não incluir o encaminhamento para avaliação interdisciplinar e, se necessário, é feito de imediato o ingresso no AEE, e de preferência que se tenha no mínimo dois horários semanais de intervenção. (Entrevistado: Ad)</p>	
<p>- Sim. A psicopedagogia vem colaborar com todos aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, uhm... só tem a colaborar, uhm... com aqueles que não conseguem acompanhar com os seus colegas e que muitas vezes né, uhm... como que eu vou dizer, uhm... são “deixados” pra trás no processo de aprendizagem. (Entrevistado: Ac)</p> <p>- Bom, é necessário, ainda que se leve em consideração que sejam aliados conhecimentos atualizados sobre formas de intervenção específicas né, como a LIBRAS, o Braille, o ABA, entre outras, tecnologias assistivas e conhecimentos direcionados aos aspectos da educação especial. (Entrevistado: Ad)</p>	<p>- Ah, sim... por que isso ajuda a direcionar o trabalho né. Prova disso são as discussões atuais em que estão se ampliando os critérios para ingresso no AEE, onde se redefinem né os alunos com Necessidades Educacionais Especiais para Necessidades Educacionais Específicas onde se enquadrariam, não só os alunos com Deficiência física, sensorial, intelectual, TEA ou com AH/SD e se incluiriam também os Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem né, a disgrafia, a dislexia, a discalculia, TDAH, entre outros. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- Considero assim como os demais profissionais, muito importantes. (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Consideramos que muitos avanços já alcançamos: Gostaria sim, olha, temos muitos avanços no Atendimento Educacional</p>	<p>- Bom, é necessário, ainda que se leve em consideração que sejam aliados conhecimentos atualizados sobre formas de intervenção específicas né, como a LIBRAS, o Braille, o ABA, entre outras, tecnologias assistivas e conhecimentos direcionados aos aspectos da educação especial. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- Ah, sim... por que isso ajuda a direcionar o trabalho né. Prova disso são as discussões atuais em que estão se ampliando os critérios para ingresso no AEE, onde se redefinem né os alunos com Necessidades Educacionais Especiais para Necessidades Educacionais Específicas onde se enquadrariam, não só os alunos com Deficiência física, sensorial, intelectual, TEA ou com AH/SD e se incluiriam também os Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem né, a disgrafia, a dislexia,</p>	

(continua)

<p>- Ah, sim... por que isso ajuda a direcionar o trabalho né. Prova disso são as discussões atuais em que estão se ampliando os critérios para ingresso no AEE, onde se redefinem né os alunos com Necessidades Educacionais Especiais para Necessidades Educacionais Específicas onde se enquadrariam, não só os alunos com Deficiência física, sensorial, intelectual, TEA ou com AH/SD e se incluiriam também os Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem né, a disgrafia, a dislexia, a discalculia, TDAH, entre outros. (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Acho que iria normatizar nossa profissão, iria facilitar nossa atuação. (Entrevistado: Ae)</p>	<p>Especializado, conseguimos maior acessibilidade às escolas, com o programa federal "Escola Acessível" e incluímos o profissional do AEE no Plano de Carreira com a abertura para Psicopedagogos. (Entrevista: Ae)</p>	<p>a discalculia, TDAH, entre outros. (Entrevistado: Ad)</p> <p>- É um atendimento individualizado que tem com o contato com os professores de sala de aula e família. (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Lá na escola é a partir do encaminhamento do setor de inclusão da secretaria de educação ou dos serviços de saúde neurologia. (Entrevistado: Ae)</p>	
<p>- Vejo como um profissional a mais de apoio. Nós somos uma equipe na escola e junto com a família tentamos dar o melhor para nossas crianças. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Acredito que nossa visão como profissionais em dificuldades de aprendizagem nos capacita de melhor ajudar, não só</p>	<p>- Hum... Caracterizo como afeto , amor , superação de obstáculos. É de fundamental importância ahn, insubstituível e muito eficaz para o auxílio de nossos alunos incluídos. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Sim... Porque em alguns momentos temos que conquistar o aluno e a família e só conquistamos através do afeto. (Entrevistado: Ag)</p>	<p>- Considero assim como os demais profissionais, muito importantes. (Entrevistado: Ae)</p> <p>- Consideramos que muitos avanços já alcançamos: Gostaria sim, olha, temos muitos avanços no Atendimento Educacional Especializado, conseguimos maior acessibilidade às escolas, com o programa federal</p>	

(continua)

<p>aqueles com deficiência mas todos né, as crianças com deficiências tendo suas limitações buscamos seu crescimento no todo, não só dentro da escola mas na vida e assim fazendo com que eles e suas famílias tenham um apoio maior de um profissional uhm... que busca atender o máximo, motivando e buscando fundamentações que acrescentem no seu dia a dia. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Hum... Caracterizo como afeto , amor , superação de obstáculos. É de fundamental importância ahn , insubstituível e muito eficaz para o auxílio de nossos alunos incluídos. (Entrevistado: Ag)</p>		<p>“Escola Acessível” e incluímos o profissional do AEE no Plano de Carreira com a abertura para Psicopedagogos. (Entrevistado: Ae)</p> <p>-Hum.. Maravilhoso, motivacional faz com que as crianças se sintam vivas e capazes mesmo que em diferentes áreas. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Através de uma anamnese, estudo de caso individualizado e testagem da verdadeira necessidade. (Entrevistado: Af)</p>	
<p>- Sim... Porque em alguns momentos temos que conquistar o aluno e a família e só conquistamos através do afeto. (Entrevistado: Ag)</p>		<p>-Vejo como um profissional a mais de apoio. Nós somos uma equipe na escola e junto com a família tentamos dar o melhor para nossas crianças. (Entrevistado: Af)</p> <p>-Acredito que nossa visão como profissionais em dificuldades de aprendizagem nos capacita de melhor ajudar, não só aqueles com deficiência mas todos né, as crianças com deficiências tendo suas limitações buscamos seu crescimento no todo, não só dentro da</p>	

(conclusão)

	<p>escola mas na vida e assim fazendo com que eles e suas famílias tenham um apoio maior de um profissional uhm... que busca atender o máximo, motivando e buscando fundamentações que acrescentem no seu dia a dia. (Entrevistado: Af)</p> <p>- Considero um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade que servem uhn... para atender exclusivamente alunos com algum tipo de necessidade especial. (Entrevistado: Ag)</p> <p>- Ela é realizada em parceria da psicopedagoga que atende na sala e a orientadora da escola , fizemos o levantamento de todos os alunos com laudo médico ou com parecer psicopedagógico e através de entrevistas com as famílias dos casos encaminhados pela professora da sala regular. (Entrevistado: Ag)</p> <p>- Hum... Caracterizo como afeto , amor , superação de obstáculos. É de fundamental importância ahh, insubstituível e muito eficaz para o auxílio de nossos alunos incluídos. (Entrevistado: Ag)</p> <p>-Sim...Porque em alguns momentos temos que conquistar o aluno e a família e só conquistamos através do afeto. (Entrevistado: Ag)</p>	
--	---	--

Partindo do demonstrativo das subcategorias verifica-se como condição predominante os aspectos que norteiam os saberes e os fazeres da atuação psicopedagógica nas dimensões das práticas inclusivas, trazendo a ideia de que a aprendizagem é a aquisição de um certo saber, pensada em todos os seus fenômenos objetivos e subjetivos, desta forma, se desvela com a ajuda do outro (demanda por convivência) ou por si só (aquisição singularizada). Pode ser entendida também, como um constante movimento que se constitui ao longo da história da vida dos sujeitos humanos, não podendo ser restringida a escolarização, admite inúmeras formas de relação numa nuance dinâmica de interação entre sujeito e objetos de conhecimento.

A reflexão que se postula é justamente o entendimento de que o processo de aprendizagem envolve além da elaboração de novos mapas cognitivos que possibilitem a assimilação e problematização dos fenômenos que ocorrem nos ambientes, definir, em novos comportamentos, a internalização efetiva deste fenômeno do aprender.

No aspecto inclusivo das práticas educativas fica claro que, diante da premissa legal, trazida pela LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), está em foco o ponto fixo da igualdade de oportunidades sem descaracterizar a diversidade, princípio firmado pelas concepções de cidadania e de justiça social em voga nos discursos de potencialização da pessoa.

Esta abordagem de legitimidade humana diante das práticas pedagógicas para além da homogeneização ganha sustentação no campo da dinâmica curricular com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008) em seguida com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial de 2009, e se faz em concretude com as Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas Escolas Regulares de 2010, três importantes momentos legais que corroboraram para a possibilidade da inclusão do estudante com deficiência na rede regular de ensino através do Atendimento Educacional Especializado, em salas de recurso multifuncionais.

Por fim, a escola pautada na humanização é aquela que respeita a individualidade de cada sujeito pensando nas manifestações de vínculo que os cercam, e a instituição escolar, partindo desta lógica inclusiva, não pode direcionar

os seus objetivos apenas para a mera transmissão de informações e conseqüentemente para um reducionismo da manifestação das diferenças humanas, cabe, na contramão, à atuação psicopedagógica, uma função efetivamente de acolhimento, tendo, portanto, como ponto central o próprio ser humano, suas legitimidades e as formas como concebe o mundo que o faz ser numa perspectiva planetária.

Fica notório a fragilidade dos especialistas em educação especial, área: psicopedagogia, da rede municipal de ensino de Alegrete – RS em retratarem suas trajetórias profissionais e formativas, o que já foi constatado no decorrer deste trabalho acadêmico. Isto posto, fica cancelada a importância de constituir diretrizes protocolares relativas à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado. Assim sendo, o próximo capítulo trará dez elementos basilares para se pensar a institucionalidade psicopedagógica, em educação especial, nas salas de recursos multifuncionais, no município de Alegrete – RS.

4.3 DIRETRIZES PROTOCOLARES DE ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO AEE

A Psicopedagogia pensada enquanto Ciência privilegiada no estudo dos fenômenos acerca das aquisições da aprendizagem humana se mostra voltada a oportunizar, na perspectiva de assegurar a promoção e potencialização do estudante, elementos problematizadores no que tange a apropriação dos conhecimentos (BOSSA, 2000).

Evoluindo por esta dinâmica, a ideia de se pensar uma escola inclusiva efetivada a partir da intervenção psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado requer que se balize, num campo cercado, o espaço de atuação do profissional da psicopedagogia em educação especial, no sentido de oferecer-lhe diretrizes protocolares que possam guiá-lo em sua atuação num contexto multiprofissional, dada a especificidade das deficiências e o necessário repertório teórico-metodológico para que se potencialize, pelo atendimento nas salas de recurso multifuncionais, o estudante que utiliza este serviço técnico ofertado de maneira complementar ou suplementar junto à escola regular (BRASIL, 2010).

Diante da constatação cimentada o pesquisador entende que descrever diretrizes protocolares, atentando-as como orientações, instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação para guiar um procedimento específico,

nortearão as práticas psicopedagógicas no atendimento educacional especializado, oportunizando a este profissional, uma direção, móvel e dinâmica, acerca do campo da educação especial.

Assim, partindo da pesquisa realizada, da análise dos dados, perseguindo o rigor científico, e os pressupostos metodológicos de análise, postulam-se dez diretrizes protocolares no que se refere à atuação psicopedagógica no atendimento educacional especializado, tendo como base de sustentação de investigação acadêmica na rede municipal de ensino de Alegrete.

Quadro 7 – Diretrizes protocolares referentes à atuação psicopedagógica no AEE

(continua)

ORDEM	DIRETRIZ PROTOCOLAR
01	A intervenção psicopedagógica, em educação especial, deve constituir-se sempre relacionada com as questões da aprendizagem, concebendo sua abordagem de maneira multiprofissional, vinculada as dimensões das dificuldades e transtornos associados à deficiência.
02	A atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado deve buscar a efetiva aprendizagem, garantindo os processos de inclusão escolar e social por meio de estratégias que potencializem o estudante, respeitada sua caracterização diante da deficiência.
03	A atividade psicopedagógica deverá ser garantida a partir do estudo e da compreensão técnica do quadro de deficiência do estudante, propondo ações frente às dimensões da aprendizagem para efetivar uma intervenção legítima.
04	A prática em psicopedagogia deverá se dar, nas salas de recursos multifuncionais, sempre que possível, com a participação, em estudos com outros profissionais, na perspectiva de ampliar o entendimento acerca das deficiências, qualificando os planos de desenvolvimento individuais dos estudantes no que tange aos aspectos da aprendizagem.
05	O profissional da psicopedagogia, em educação especial, poderá participar de processos de elaboração a organização de projetos institucionais que efetivem aderência a plataformas de educação continuada junto aos profissionais que atuam com os estudantes do Atendimento Educacional Especializado.
06	O psicopedagogo deverá, observando as dimensões éticas, no Atendimento Educacional Especializado, diante dos estudos acerca das deficiências individuais de cada estudante, resguardar-se ao sigilo profissional, garantindo a confidencialidade dos casos.
07	A intervenção psicopedagógica exigirá do profissional que atua em salas multifuncionais, manter-se atualizado quanto aos conhecimentos da especificidade das deficiências que abrangem os estudantes em processo de atendimento.

(conclusão)

08	O psicopedagogo, no Atendimento Educacional Especializado, deverá realizar respeitados os parâmetros legais e éticos, a participação em eventos que ampliem a possibilidade de aprofundamento teórico-metodológico no campo da educação especial.
09	No Atendimento Educacional Especializado, a atuação psicopedagógica irá garantir o encaminhamento do estudante a outros profissionais quando necessário, atentando para a complexidade da deficiência, garantindo os aspectos da intersetorialidade.
10	O profissional da psicopedagogia, em atuação no Atendimento Educacional Especializado, buscará respeitar e observar o Código de Ética aprovado e em vigor da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), buscando perseguir sempre suas orientações e diretrizes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

As diretrizes protocolares trazidas como produto desta pesquisa aplicada são possibilidades de garantir aproximações mais efetivas do profissional da psicopedagogia no atendimento educacional especializado, sendo que estas diretrizes protocolares se efetiva partindo da coleta e análise de conteúdo realizada junto aos especialistas em educação especial da rede municipal de ensino do município de Alegrete.

É significativo que se congratule a importância destas diretrizes protocolares balizador no âmbito da configuração do profissional da psicopedagogia no atendimento educacional especializado uma vez que depois de construído tomou-se o cuidado de cruzá-lo com o Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia e verificou-se que o referido atende todos os marcos legais que norteiam a atuação psicopedagógica, o que timbra a profundidade, em pertinência, desta produção acadêmica.

Por conseguinte, é de fundamental importância que se considere as diretrizes protocolares como um elemento organizado teoricamente para orientar os fazeres psicopedagógicos na circunstância de sua efetividade em educação especial, configurando-se como uma possibilidade de orientar o profissional da psicopedagogia quanto atrelado ao atendimento educacional especializado, na escola regular.

Diante do cenário investigado e das especificidades do contexto desta atividade na Rede Municipal de Ensino de Alegrete as diretrizes protocolares surgem como possibilidade de nortear o campo de atuação do profissional da

psicopedagogia nas salas de recursos multifuncionais permitindo que se torne concreto elementos teórico-metodológicos no que se refere à intervenção psicopedagógica.

As diretrizes protocolares, nesta ótica, são dimensões balizares que oportunizam referenciais matriciais para que o especialista em psicopedagogia possa, em Educação Especial, no espaço do atendimento educacional especializado, situar seus fazeres numa dimensão multiprofissional cartografando seu campo de atuação.

Desta forma se pretende, por deliberação do Núcleo de Educação e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação, constituir grupo de trabalho para que se estude os aspectos legais e formativos deste profissional garantindo-lhe a devida institucionalidade e ainda está previsto, em agenda, uma devolutiva, no formato de painel, durante evento de nível municipal sobre educação inclusiva, a apresentação destas diretrizes protocolares oriundas deste trabalho acadêmico, as quais darão sustentação aos movimentos iniciais do grupo de trabalho no que se refere a implementação legal e de caráter formativo da atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho acadêmico configurado como dissertação, produzido como requisito do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Gestão Pedagógica em Contextos Educativos, possibilitou conhecer como ocorre a institucionalidade da Psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Alegrete - RS, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas por meio da construção de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais. Conclui-se que alcançada à objetivação por meio de pesquisa etnográfica com base de coleta de dados na triangulação, de análise de conteúdo para depuramento dos insumos informacionais foi possível também, analisar, de maneira sistemática, como se estabelece, no âmbito organizacional, a atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Esta produção atentou-se em compreender a dinâmica do Atendimento Educacional Especializado enquanto política pública inclusiva efetivada na Rede Municipal de Ensino de Alegrete e a atuação do profissional da psicopedagogia na condição de especialista em educação especial elencada pela legislação municipal. O que de fato se traz como marco neste processo, após o desdobramento desta pesquisa é o entendimento de que a atividade profissional deste especialista no nicho da educação especial, na escola fundamental, tem sido um exercício de tensões e de constantes desafios, uma vez que a como especialistas em aprendizagem humana não possuem diretrizes que fundamentem sua atuação com o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado. Assim, as diretrizes protocolares que emergem como um dos resultados deste percurso de mestrado serão incorporadas nas bases teórico-metodológicas de estudos do Núcleo da Inclusão e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Alegrete.

Marcante também foi constatar que alunos com dificuldades de aprendizagem são encaminhados para as salas de recurso multifuncionais tendo em vista uma lógica um tanto perigosa, a de que os profissionais da psicopedagogia devem atender esta demanda pela especialidade da formação, fica evidente então, reportando-se as objetivações desta pesquisa, que o público da psicopedagogia e o

público do Atendimento Educacional Especializado se fundem descaracterizando a natureza institucional das salas de recursos multifuncionais.

O Núcleo de Inclusão e Diversidade tem proporcionado, em suas políticas de formação, movimentos de diálogos sobre a dinâmica inclusiva enquanto política pública de maneira um tanto abreviada. A Secretaria Municipal de Educação tem compreendido que manter as salas de recurso multifuncionais em funcionamento resume seu papel na constituição das políticas de inclusão no campo educacional.

O trabalho de investigação também trouxe, ao longo do trajeto da efetividade do rigor metodológico, a possibilidade de se verificar que não há uma política formal, numa perspectiva inclusiva, para os alunos com problemas de aprendizagem no que tange a atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncionais, o que torna um tanto invisível a demanda de estudantes que necessitam deste atendimento técnico-pedagógico.

A pesquisa, neste sentido, perseguindo a cartografia rezada pelas bases da etnografia, oportunizou que se levantasse a demanda de estudantes na categoria psicopedagógica que estão em processo de acompanhamento técnico nas salas recursos multifuncionais, sendo que todas estas possibilidades de se compreender o contexto e a cultura em foco de investigação garantiu, observado o Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia, delinear diretrizes protocolares no campo da própria Psicopedagogia para o Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Alegrete com já se trouxe em pauta.

Um trabalho de pesquisa sempre apresenta limitações e possibilidades no que tange ao espaço investigado e as suas complexidades, garantindo assim a ampliação de repertórios de investigação e de novas reflexões que tecidas podem direcionar o processo de interlocução com outras tantas indagações epistemológicas. Neste sentido o trabalho acadêmico que se congratula pelo teor metodológico de cunho etnográfico pode ser considerado uma oportunidade dialógica para novas pesquisas que ampliem as discussões no campo da ciência psicopedagógica e da atuação no Atendimento Educacional Especializado, o que se faz graças à compreensão que firma a ideia de uma pesquisa que problematiza a realidade e oportuniza a contextualização teórica.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2004.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e Pesquisa participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: 70. ed. LTDA., 2011.
- BOMBONATTO, Q.; MALUF, M. I. (Orgs.). **História da Psicopedagogia e da ABPp no Brasil: fatos, protagonistas e conquistas**. Rio de Janeiro: Walk, 2007.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BRASIL. Câmara, Senado. **Projeto de Lei nº 31 de 2010**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. Votado em 9 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96399>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- _____. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- _____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasil: MEC, 1996.
- _____. **Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: SEESP/GAB, 2010.
- _____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasil: MEC/SEESP, janeiro de 2008.
- _____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.
- CAPOVILLA, F.; MONTIEL, J. **Atualização em Transtornos de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookmam, 2007.

EDUCAÇÃO. Secretaria Municipal. **Projeto Político-Pedagógico para o Ensino Fundamental**. Alegrete, 2013.

FACION, J. R. (Org.) **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpx, 2009.

FAGALI, E. Q. Os sentidos da História e a “Busca das Raízes” no processo do aprender. In: BOMBONATTO, Q.; MALUF, M. I. (Orgs.). **História da Psicopedagogia e da ABPp no Brasil: fatos, protagonistas e conquistas**. Rio de Janeiro: Walk, 2007.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GERHARDT, T. A.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, D. **Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização**. UERJ, Rio de Janeiro: 2008. p. 569-576.

PAVÃO, Ana C.; PAVÃO, Sílvia M. de O. (Orgs.). **Atendimento Educacional Especializado-Estado da Arte**. Santa Maria: Editora pE.com UFSM, 2016.

PEREZ, M. R. Psicopedagogia: aspectos históricos e desafios atuais. Campinas, **Revista de Educação/PUC**, v. 3, n. 5. p. 41-45, nov. 1998.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: das intenções às ações**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RELVAS, M. P. **Neurociências e Transtornos de Aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Wak, 2008.

RUBINSTEIN, E. A Psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogia de São Paulo. In: SCOZ, B. J. L. et al. **O Caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: “Legitimidade do Espaço Psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado”.

Pesquisadora responsável: Professora Dr^a Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Autora: Rodrigo DalostoSmolareck

Instituição/Departamento: PPPG/UFSM

Telefones para contato:

Local para coleta de dados: Núcleo Inclusão e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Alegrete.

A pesquisadora responsável pelo presente projeto e o acadêmico do mestrado profissional se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão produzidos por meio de observações e entrevistas durante a pesquisa. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto, e somente serão divulgadas de forma anônima em eventos científicos relevantes da área da Educação e utilizadas cuja finalidade formativa seja adequada.

Após a utilização na pesquisa, os dados serão mantidos em arquivo na Universidade Federal de Santa Maria, por um período de cinco anos e após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

Santa Maria, agosto de 2016.

Prof.^a Dr^a Sílvia Maria de Oliveira Pavão

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Título do projeto: Legitimidade do Espaço Psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado.

Pesquisador (es) responsável (is): Dr. Silvia Maria de Oliveira Pavão

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional- Mestrado Profissional.

Local da coleta de dados: Núcleo Inclusão e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Alegrete.

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Justificativas do estudo:

O estudo se **justifica** considerando um contexto organizacional, que será o campo da presente investigação, qual seja: a Secretaria Municipal de Educação de Alegrete, RS, com 12 salas multifuncionais, para o atendimento do público-alvo da educação especial, em atividade constituídas na rede municipal de ensino das 16 salas criadas, será pesquisado, no que tange aos serviços psicopedagógicos no AEE, para que se verifique como é mobilizado às questões que implicam na caracterização do profissional da psicopedagogia, sua atuação, diretrizes e especificidades, uma vez que é consolidado no cargo de Especialista em Educação Especial junto ao quadro do magistério municipal.

Objetivo geral da pesquisa: Conhecer como ocorre a institucionalidade da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Alegrete-RS, com vistas a contribuir na implementação das ações inclusivas por meio da construção de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica nas salas de recursos multifuncional.

Objetivos Específicos: Analisar como se estabelece, no âmbito organizacional, a atuação do profissional da psicopedagogia no AEE no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais. Verificar se há uma política formal velada para que se atenda numa perspectiva inclusiva os alunos com problemas de aprendizagem no que tange a atuação psicopedagógica nas salas multifuncionais. Averiguar como acontece a atuação psicopedagógica no que se refere ao AEE. Levantar a demanda de estudantes na categoria psicopedagógica que estão em processo de acompanhamento técnico nas salas multifuncionais. Apresentar diretrizes protocolares de ações que caracterizem a atuação do psicopedagogo, enquanto profissional de apoio técnico, no AEE nas salas multifuncionais.

Procedimentos do Estudo: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual que utilizaremos no trabalho final.

Como será feita a pesquisa: A pesquisa será realizada com os 12 especialistas em Psicopedagogia que atendem nas Salas Multifuncionais da Rede Municipal de Ensino de Alegrete que compõem o Núcleo de Inclusão e Diversidade (NID) e ainda com as duas coordenadoras do referido núcleo que estão lotadas para desempenharem a referida função na Secretaria Municipal de Educação. Para a coleta de dados será usada a perspectiva da triangulação: observação, entrevistas e análise de materiais de arquivo. Sendo que a entrevista será semiestruturada, a observação participante, e a análise documental consultiva, com o objetivo de compreender as especificidades do profissional especialista em psicopedagogia junto as salas multifuncionais da rede municipal de ensino de Alegrete. Com os dados coletados será realizada uma análise que possibilitará chegar às conclusões do estudo e elaborar a Dissertação de Mestrado. Os resultados serão expostos aos participantes da pesquisa por meio de um documento, e enviado aos participantes e a Secretaria de Educação.

Riscos: Você pode entender que determinadas perguntas são inoportunas ou obsoletas, porque as informações que serão coletadas serão optar por não responder quaisquer dessas perguntas que o (a) façam sentir-se incomodado (a), assim como outras inquietações no tocante a operacionalidade da pesquisa. Com isso salienta-se que a pesquisadora estará atenta a estas possibilidades buscando sanar quaisquer dúvidas e contornar as situações que poderão surgir, com argumentos fundamentados nas teorias elencadas ao longo dos estudos.

Benefícios: Sua entrevista contribuirá com a ampliação de conhecimentos acerca do trabalho dos profissionais de apoio na escola e o seu papel na inclusão das crianças deficientes. Os benefícios dos participantes em geral em participar da pesquisa estão relacionados a contribuição para a atuação na área de educação especial.

Sigilo: As informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Neste termo e considerando-me livre e esclarecido (a), eu _____, consinto em participar da pesquisa proposta, e concordo com a divulgação pública dos resultados. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

O acadêmico do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional responsável por este estudo é Rodrigo DalostoSmolareck, que está sendo desenvolvido sob a orientação da Professora Dr. Silvia Maria de Oliveira Pavão (e-mail: silviamariapavao@gmail.com).

Data: ____/____/2016.

Assinatura do Pesquisador:_____.

Assinatura do Participante:_____.

APÊNDICE C – ENTREVISTA - ESPECIALISTA EM PSICOPEDAGOGIA

Universidade Federal de Santa Maria

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional- Mestrado
Profissional

Pesquisador Responsável: Dr. Silvia Maria de Oliveira Pavão

Nome:

Quanto tempo atua em Sala Multifuncional?

Quanto tempo trabalha na escola nesta função?

Qual sua formação profissional?

Em seu curso de graduação ou formação continuada teve disciplinas que
tratassem das deficiências?

Questões relativas ao entendimento do papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado:

1. O que você entende por deficiência?
2. Em seu entendimento qual é o efetivo papel do Atendimento Educacional Especializado?
3. Como percebe a atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
4. Na sua escola como acontece o sistema de triagem dos estudantes para participarem do atendimento na Sala Multifuncional?
5. Como são feitas as orientações aos professores no que se refere aos estudantes que frequentam o Atendimento Educacional Especializado?
6. Em que aspectos os encontros sistemáticos no Núcleo de Inclusão e Diversidade ajudam na dimensão da atuação no Atendimento Educacional Especializado?
7. Como você caracteriza o trabalho do profissional da psicopedagogia nas salas multifuncionais?

8. Você acredita/entende que existindo uma caracterização mais efetiva da atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado facilitaria a intervenção? Por quê?
9. Você percebe o trabalho psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado como uma via inclusiva? Por quê?
10. A escola tem oferecido espaços institucionalizados para que o profissional do Atendimento Educacional Especializado possa dialogar com os professores acerca do papel e de outras especificidades do trabalho na sala multifuncional?
11. Você considera válido o profissional psicopedagogo que está lotado no Atendimento Educacional Especializado construir diretrizes psicopedagógicas para nortear sua atuação junto a sala multifuncional?
12. Gostaria de apresentar alguma consideração relevante no que se refere à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?

Agradeço a sua disponibilidade para a entrevista e registro, em teor, que suas respostas serão preservadas e utilizadas somente para a finalidade deste estudo.

Questões	Entrevistado Aa	Entrevistado Ab	Entrevistado Ac	Entrevistado Ad	Entrevistado Ae	Entrevistado Af	Entrevistado Ag
Identificação inicial							
Quanto tempo atua em Sala Multifuncional	11 anos	5 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	4 ANOS	4 ANOS	
Tempo de trabalho na escola nesta função	10 anos	5 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	4 ANOS	
Formação profissional	Professora Pedagoga com Especialização em AEE.	Pedagoga – Pós - Graduada em Psicopedagogia	Psicólogo, Orientador Educacional, Professor de Libras	Graduação em Pedagogia Anos Iniciais e EJA, Especialização em Psicopedagogia, Especialização em Neuropsicopedagogia e Especialização em Atendimento Educacional Especializado	Pedagogia – Psicopedagogia Institucional – AEE.	Pedagoga, Gestora Educacional, Psicopedagoga, Especialista em Inclusão Educacional	
Teve disciplinas na graduação ou formação continuada que tratassem das deficiências	No curso de graduação não, mas na formação continuada sim.	Teve apenas referências	Sim	SIM	Não	NÃO	
Questões relativas ao entendimento do papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado							
O que você entende por deficiência?	Olha, bem resumido eu diria que é falta, carência de alguma coisa, ahn um órgão, um tecido, aparelho, hum, organismo	Entendo que sejam algumas limitações.	Uhn, são complicações que levam à limitação da mobilidade e da coordenação geral e isso pode também afetar a fala, em diferentes graus. As causas	São limitações de ordem física, sensorial ou intelectual que são identificadas uhm na interação com barreiras externas.	São as pessoas que apresentam perdas ou reduções de sua estrutura, ou uhn... uma função anatômica, fisiológica,	Uma ausência fisiológica, psíquica ou anatômica.	Deficiência é a qualidade que se da a uma pessoa que possui um impedimento seja físico, intelectual.

			<p>são variadas - desde lesões neurológicas e neuromusculares até má-formação congênita - ou condições adquiridas, como hidrocefalia ou até mesmo paralisia cerebral.</p>		<p>psicológica uhn... ou mental, que geram incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal. E ainda dá para acrescentar que todos nós temos deficiências e as pessoas ditas com deficiências encontram formas fantásticas de superação.</p>		
<p>Em seu entendimento qual é o efetivo papel do Atendimento Educacional Especializado?</p>	<p>Então, eu sei que ele não é obrigatória, mas eu acho que ele é fundamental porque ahn ele é um apoio a mais que o aluno recebe né, ele se trata de um atendimento que é diferenciado né e que implica ahn em realização de exercícios separados não</p>	<p>Penso que é para fazer uma ponte entre as dificuldades enfrentadas pelo aluno, que ligue ele até a sala de aula convencional.</p>	<p>Bom, o nosso papel como professor de AEE é o compromisso sério com essas crianças com deficiência né. Uhn, Investigar a deficiência conversando com a família, buscando alguns dados que esclareça e que orientem os pais para a busca de um profissional</p>	<p>Ele deve colaborar no desenvolvimento das possibilidades de aprendizado de todos os alunos.</p>	<p>É um atendimento individualizado que tem com o contato com os professores de sala de aula e família.</p>	<p>Hum... Maravilhoso, motivacional faz com que as crianças se sintam vivas e capazes mesmo que em diferentes áreas. Acho enriquecedor e uhm... desafiador também. Através de uma</p>	<p>Considero um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade que servem uhn... para atender exclusivamente alunos com algum tipo de necessidade especial.</p>

	podendo ferir o direito a igualdade.		médico para que, com um laudo médico, haja o direcionamento do nosso trabalho que teremos com este aluno. O professor de AEE não é reforço e não é médico, porém tem uma responsabilidade de identificar suas limitações e deficiências junto com a família e médicos.			anamnese, estudo de caso individualizado e testagem da verdadeira necessidade. Hum... cada caso é um caso né, nós conversamos individualmente juntamente com a auxiliar e montamos um planejamento adequado uhn com metas para cada aluno, podendo sempre ser modificado no meio do percurso, avaliando sempre o que esta dando certo e descartando o que não deu.	
Como percebe a atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?	Olha, bem resumido eu diria que é falta, carência de alguma coisa, ahn um órgão, um tecido, aparelho, hum, organismo.	Aqui ele ocorre através da percepção do professor e do encaminhament o ahn para avaliação.	Uhn, ultimamente, a psicopedagogia uhn ela tem como característica fundamental ser uma área que lida com o processo de aprendizagem humana né ih... eu	Eu percebo que, atualmente, com o crescente aumento do número de matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Específicas, é uma exigência que se faz	De forma positiva, estudos sempre!	O Núcleo é o nosso chão. É o nosso apoio né. Podemos dividir nossas aflições e ajudar uns aos outros, e isso nos capacita e	Percebo que o psicopedagogo esta a cada dia fazendo novas tentativas e descobertas uhn... em como trabalhar as dificuldades

			penso que ela vem contribuído muito para nossa formação na hora de lidarmos uhn... com as situações-problema contribuindo para o sucesso escolar.	presente uhn... nos espaços escolares e, principalmente, no AEE.		ainda podemos dividir experiências. Uhn... ele é fundamental para nosso trabalho.	encontradas com cada aluno, uhn... na verdade estamos engatinhando né, mas com muita vontade de fazer o diferente com os nossos alunos.
Na sua escola como acontece o sistema de triagem dos estudantes para participarem do atendimento na Sala Multifuncional?	Percebo como uma forma de atendimento diferenciado que leva à inclusão e não à exclusão de direitos.	Aqui Ahn, elas são feitas em reuniões, na sala de aula, ahn através dos estudos e caso.,	Aqui ele é oferecido no contra turno né, onde trabalhamos desde as suas deficiências até a socialização de cada um. Isso ajuda para que a gente garanta uma maior aprendizagem, uhm... uma vez tratando da extensão do período de permanência do aluno na escola.	Bom, ela começa com a acolhida das famílias e depois disso é feita uma avaliação inicial em que a gente pode ou não incluir o encaminhamento para avaliação interdisciplinar e, se necessário, é feito de imediato o ingresso no AEE, e de preferência que se tenha no mínimo dois horários semanais de intervenção.	Lá na escola é a partir do encaminhamento do setor de inclusão da secretaria de educação ou dos serviços de saúde neurologia.	Vejo como um profissional a mais de apoio.	Ela é realizada em parceria da psicopedagoga que atende na sala e a orientadora da escola, fizemos o levantamento de todos os alunos com laudo médico ou com parecer psicopedagógico e através de entrevistas com as famílias dos casos encaminhados pela professora da sala regular.
Como são feitas as orientações aos professores no que se refere aos estudantes que frequentam o Atendimento	Hum... eu percebo... como uma forma de atendimento diferenciado que leva ahn à inclusão e não à	Ahn, principalmente na troca de experiências, cursos que possam nos ajudar ahn no	Bom, ela é feita de modo que os atendimentos possam ser complementares. Então temos um momento	Elas são feitas uhn... na transição do ano letivo né, uhn... com a entrega do PDI do aluno para planejamento prévio ou então no início do	Uhn.. Com orientações para a possibilidade de uma inclusão que seja verdadeiramente	Nós somos uma equipe na escola e junto com a família tentamos dar o melhor para nossas	Uhn... Eu realizo as orientações com os colegas em espaços nas reuniões pedagógicas ou

Educativo Especializado?	exclusão de direitos.	manejo e na prática da sala de AEE.	individual que é reservado para contatos e também pra interação com a família e pra avaliação do desenvolvimento da criança e as condições de vida dela né. Depois se tem o momento grupal que é uhn... destinado pra intervenção propriamente dita com a criança né, que é considerada mais eficaz quando as ações ocorrem em contexto grupal, propiciando interações e outras observações na escola, além das interações entre a criança e o adulto, hum... trabalho conjunto com a família e escola, pra que se forneça o suporte que é uhn... necessário pra que se atenda às necessidades cotidianas das crianças.	ano letivo caso o professor esteja ingressando no quadro da escola, que daí se entrega o PDI e as orientações sobre os objetivos a médio ou longo prazo. Depois disso, elas são feitas periodicamente e sempre que se fizer necessário.	e humana né e com adaptações curriculares.	crianças.	na própria sala de aula ,uhn... mas lá na escola não temos uma organização voltada para esta situação, estamos conquistando nosso espaço né e confiança da importância do profissional da sala do AEE.
--------------------------	-----------------------	-------------------------------------	---	---	--	-----------	--

<p>Em que aspectos os encontros sistemáticos no Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade ajudam na dimensão da atuação no Atendimento Educacional Especializado?</p>	<p>Penso que na maioria das vezes recebemos alunos sem diagnósticos com muito mais dificuldade de aprendizagem do que propriamente com deficiência.</p>	<p>Ento... penso que de maneiras né diversas porque ele atua na área psicológica e na área prática através das atividades.</p>	<p>Ah, em todos os aspectos né...</p>	<p>Uhm... acho que na troca de experiências e condutas é que se enriquece o trabalho de forma conjunta.</p>	<p>Ah ajudam muito, claro. Formações continuadas; ouvir e ser ouvido repensar nossas ações, isso é fundamental né.</p>	<p>Acredito que nossa visão como profissionais em dificuldades de aprendizagem nos capacita de melhor ajudar, não só aqueles com deficiência mas todos né, as crianças com deficiências tendo suas limitações buscamos seu crescimento no todo, não só dentro da escola mas na vida e assim fazendo com que eles e suas famílias tenham um apoio maior de um profissional uhm... que busca atender o máximo, motivando e buscando fundamentações que crescentem no seu dia a dia.</p>	<p>Acredito que em primeiro lugar uhn... no aspecto emocional pois em alguns momentos nos sentimos só e os encontros nos serviram para troca de experiências e ajuda entre os profissionais uhn... e também na aquisição de novos conhecimentos através das formações que tivemos,</p>
--	---	--	---------------------------------------	---	--	---	--

<p>Como você caracteriza o trabalho do profissional da psicopedagogia nas salas multifuncionais?</p>	<p>Diretamente, ou em reuniões específicas do assunto. Os alunos são enviados pelas professoras, recebidos e avaliados na sala de recursos para melhor avaliar suas dificuldades apresentadas. Eu sempre solicito que o professor faça um relatório descrevendo as dificuldades dos alunos para que possamos atender melhor né.</p>	<p>Penso que sim, pois as intervenções na maioria das vezes são as mesmas da sala de AEE.</p>	<p>Bah, é um grande desafio né uhm... lidar com estes alunos quando chegam até nós. Acho que o profissional de AEE nos possibilita desenhar o perfil também destes alunos que farão parte das sala de recursos e que iremos trabalhar juntos ou que possamos identificar a sua relação para público em questão. Aí é que começa o nosso desafio o que é maravilhoso desde o primeiro momento.</p>	<p>Bom, é necessário, ainda que se leve em consideração que sejam aliados conhecimentos atualizados sobre formas de intervenção específicas né, como a LIBRAS, o Braille, o ABA, entre outras, tecnologias assistivas e conhecimentos direcionados aos aspectos da educação especial.</p>	<p>Considero assim como os demais profissionais, muito importantes.</p>	<p>Acho que como grupo escola e família podemos tudo, acredito que o psicopedagogo seja um algo a mais, hum... um apoio a mais para ajudar na formação destes.</p>	<p>Hum... Caracterizo como afeto, amor, superação de obstáculos. É de fundamental importância ahn, insubstituível e muito eficaz para o auxílio de nossos alunos incluídos.</p>
<p>Você acredita/entende que existindo uma caracterização mais efetiva da atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado facilitaria a intervenção? Por quê?</p>	<p>Acho que na troca de experiências e informações.</p>	<p>Sim, percebo.</p>	<p>Sim. A psicopedagogia me colabora com todos aqueles que têm dificuldades de aprendizagem, uhm... só tem a colaborar, uhm... com aqueles que não conseguem acompanhar com os seus colegas e que muitas vezes né, uhm... como</p>	<p>Ah, sim... por que isso ajuda a direcionar o trabalho né. Prova disso são as discussões atuais em que estão se ampliando os critérios para ingresso no AEE, onde se redefinem né os alunos com Necessidades Educacionais Especiais para</p>	<p>Sim. Quando existir um diálogo entre AEE e demais professores e a sala de aula também né.</p>	<p>Sim, sempre.</p>	<p>Sim... Porque em alguns momentos temos que conquistar o aluno e a família e só conquistamos através do afeto. Sim, porque a atuação e o trabalho não se dá somente</p>

			que eu vou dizer, uhm... são “deixados” pra trás no processo de aprendizagem.	Necessidades Educacionais Específicas onde se enquadrariam, não só os alunos com Deficiência física, sensorial, intelectual, TEA ou com AH/SD e se incluiriam também os Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem né, a disgrafia, a dislexia, a discalculia, TDAH, entre outros.			dentro da sala do AEE né, mas com os alunos em todos os ambientes da escola.
Você percebe o trabalho psicopedagógico no Atendimento Educacional Especializado como uma via inclusiva? Por quê?	Bom, eu caracterizo o AEE pelo caráter multidisciplinar que ele assume né, tanto preventivo, clínico ou terapêutico ou de treinamento, pois ele adota diferentes metodologias pra potencializar o processo de aprendizagem dos alunos.	Acredito que as escolas oferecem pouquíssimos espaços, né?	Com certeza. Hum acho que se percebe que uma escola inclusiva aproxima-se desse parâmetro para proporcionar o encontro com a diversidade né. Hum... levando tanto o professor hum...quanto o aluno a abrirem os olhos para as diferenças.	Sim, uhn... é o complemento necessário para que alunos e professores criem novas formas de acesso aos conhecimentos.	Olha, em 2016 isso não aconteceu da forma desejada e necessária.	Sim, com certeza.	Acho que apenas em alguma reunião ou no seminário interno da escola, mas precisamos de mais espaços.

<p>A escola tem oferecido espaços institucionalizados para que o profissional do Atendimento Educacional Especializado possa dialogar com os professores acerca do papel e de outras especificidades do trabalho na sala multifuncional?</p>	<p>Sim, eu acredito no trabalho de equipe, acho que todos de mãos dadas podem tornar esse processo prazeroso.</p>	<p>Sim, acho que seria bem interessante e importante para direcionar e organizar nosso trabalho.</p>	<p>Ah, sim... É muito pertinente que nós professores da sala do AEE observemos todo o aluno nos diversos ambientes da escola né. Seja na biblioteca, na sala de informática, no pátio né, dentre outros pra assim se verificar como se dá o comportamento do aluno nestes espaços, hum... e também em momentos específicos como o recreio, as brincadeiras, na fila... Hum... para isso né que o professor do AEE emprega diferentes metodologias na coleta de informações, e aí faz as observações do aluno no espaço escolar, utiliza de instrumentos de avaliação, faz as entrevistas com a família e com os</p>	<p>Tem sim, sempre que necessário, nós temos um trabalho conjunto.</p>	<p>Sim, lógico, sou psicopedagoga institucional com especialização em AEE (risos)</p>	<p>Acho que o nosso trabalho é motivacional. Ele possibilita nortear caminhos para o crescimento de um aluno.</p>	
--	---	--	---	--	---	---	--

			professores né. Ah, outro fator importante neste processo, é do começo ao fim do nosso trabalho com este aluno também hum...a sala regular junto ao apoio do professor né.				
Você considera válido o profissional psicopedagogo que está lotado no Atendimento Educacional Especializado construir diretrizes psicopedagógicas para nortear sua atuação junto a sala multifuncional?	Sim, ah porque é outra via de apoio né no processo de ensino e aprendizagem.	Ahn, eu acho que a psicopedagogia dá suporte e se soma ao atendimento né, ahn... principalmente no que diz respeito à família para esclarecer suas dúvidas e atender os anseios né?	Mas com certeza. Tanto para o Atendimento Educacional Especializado que ocorre na Sala de Recursos Multifuncionais que a um ver é imprescindível esta parceria e de fundamental importância o papel deste profissional com seu aluno e suas inserções porque, assim, hum... o professor vai poder providenciar os ajustes e as adequações que forem necessário uhn... nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem,	Sim, mas acho que deve estar sempre no sentido de ampliar conhecimentos né, relacionando áreas do saber para que se ofereçam estratégias diferenciadas para estimular as aprendizagens.	Não, acho que as tuas perguntas contemplam questões básicas para atuação no AEE.	Muito estudo de cada caso, muita pesquisa, muitos erros e acertos, mas sempre buscando dar o melhor de nós para poder ajudar e alcançar nossos objetivos.	Bom, eu acho que cada profissional tem seu jeito de trabalhar e traçando suas diretrizes de acordo com a realidade de seus alunos, teremos ótimos resultados

			já que ele é público-alvo das salas de AEE garantindo né, uma educação de qualidade.				
Gostaria de apresentar alguma consideração relevante no que se refere à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?	Ahn, no meu ponto de vista ahn é relevante o engajamento e comprometimento de profissionais com conhecimentos diferenciados dentro das especificidades encontradas no contexto escolar, porque isso colaborando sempre para inclusão e não à exclusão.			Hum, como em toda a profissão né, essa necessidade de atualização constante, de participação em formações específicas que qualifiquem o fazer de qualidade pra melhoras os objetivos e métodos de trabalho.	Penso que é uma profissão muito boa né. Os profissionais tem que buscar sempre estar se atualizando e se dedicando para que o AEE seja mais reconhecido.	Acho que precisamos continuar unidos para criar cada vez mais espaço para a nossa profissão.	Gostaria de sugerir que continuemos cada vez mais unidos e articulados no sentido da conquista de nosso espaço e da importância do nosso trabalho uhn... em cada escola que atuamos. Acho interessante também que nós tenhamos um olhar especial por parte de nossos governantes para que novas oportunidades surjam para a nossa qualificação né., porque sempre estamos encontrando novos desafios.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM COORDENADORAS DO NÚCLEO DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional-
Mestrado Profissional

Pesquisador Responsável: Dr. Silvia Maria de Oliveira Pavão

Nome: Ba

- Tempo de atuação em Sala Multifuncional: 8 anos
- Tempo de trabalho na escola nesta função: 3 anos
- Formação profissional: Habilitação Magistério, Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional, Pós-Graduação em Metodologia da Aquisição da Leitura e Escrita, Educação Infantil, Psicopedagogia, AEE, Neuropsicopedagogia e Cursando Mestrado Profissional em Educação

- Teve disciplinas na graduação ou formação continuada que tratassem das deficiências? Não

Questões relativas ao entendimento da coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade:

- 1) O que você entende por deficiência?
- 2) Como você caracterizaria o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Alegrete?
- 3) Que desafios se levantam para o Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no que se refere à garantia das políticas públicas de inclusão escolar?
- 4) Qual tem sido o trabalho do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no sentido de garantir o espaço de educação continuada aos especialistas que atuam nas salas multifuncionais?
- 5) Enquanto coordenação, como entende o papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?
- 6) Que desafios se levantam para o Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade no que se refere à garantia das políticas públicas de inclusão escolar?

7) Você acredita que a construção da possibilidade de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado ajudaria a fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido?

8) Gostaria de apresentar alguma consideração relevante no que se refere à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?

Questões	Entrevistado Ba	Entrevistado Bb
Identificação Inicial		
Quanto tempo atua em Sala Multifuncional	8 anos	3 anos
Tempo de trabalho na escola nesta função	3 anos	3 anos
Formação profissional	Habilitação Magistério, Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional, Pós-Graduação em Metodologia da Aquisição da Leitura e Escrita, Educação Infantil, Psicopedagogia, AEE, Neuropsicopedagogia e Cursando Mestrado Profissional em Educação	Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional e especialista em Psicanálise Clínica Humanista.
Teve disciplinas na graduação ou formação continuada que tratassem das deficiências	Não	Sim
Questões relativas ao entendimento da coordenação do Núcleo de Inclusão e Diversidade:		
O que você entende por deficiência?	Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que em interação com diversas barreiras, podem ter uma uhn... obstrução da sua participação plena e efetiva na sociedade no que se refere às igualdades de condições com as demais pessoas.	Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que em interação com diversas barreiras, podem ter uma uhn... obstrução da sua participação plena e efetiva na sociedade no que se refere às igualdades de condições com as demais pessoas.
Como você caracterizaria o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Alegrete?	Eu caracterizaria como um avanço na área da Educação Inclusiva, acho que é um recurso, uma possibilidade de diminuir as barreiras para os alunos com deficiência matriculados em nossas escolas.	Eu caracterizaria como um avanço na área da Educação Inclusiva, acho que é um recurso, uma possibilidade de diminuir as barreiras para os alunos com deficiência matriculados em nossas escolas. São cerca de 80 alunos.
Quantos estudantes a rede atende efetivamente nas salas multifuncionais, caracterizados enquanto portadores de necessidades educacionais especiais?	São cerca de 80 alunos.	Bom, o Núcleo tem sido bastante atuante e proporcionado encontros sistemáticos com o grupo de profissionais responsáveis por este atendimento, inclusive com calendário estabelecido para o ano letivo.
Qual tem sido o trabalho do Núcleo de Inclusão e Diversidade no sentido de garantir o espaço de educação continuada aos especialistas que atuam nas salas multifuncionais?	Bom, o Núcleo tem sido bastante atuante e proporcionado encontros sistemáticos com o grupo de profissionais responsáveis por este atendimento, inclusive com calendário estabelecido para o ano letivo.	Entendo que como as coordenadoras do Núcleo são psicopedagogas, que seja fundamental o papel deles, que inclusive tem abertura para incluir alunos com dificuldades na aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas

		crianças.
Enquanto coordenação, como entende o papel do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?	Entendo que como as coordenadoras do Núcleo são psicopedagogas, que seja fundamental o papel deles, que inclusive tem abertura para incluir alunos com dificuldades na aprendizagem, o que pode levar a investigações de possíveis deficiências nestas crianças.	Olha, são muitas as dificuldades, as primeiras advindas do histórico social excludente e preconceituoso né, que se reflete nas escolase os aspectos financeiros que impossibilitam maiores investimentos.
Que desafios se levantam para o Núcleo de Inclusão e Diversidade no que se refere à garantia das políticas públicas de inclusão escolar?	Olha, são muitas as dificuldades, as primeiras advindas do histórico social excludente e preconceituoso né, que se reflete nas escolase os aspectos financeiros que impossibilitam maiores investimentos.	Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho.
Você acredita que a construção da possibilidade de diretrizes protocolares para atuação psicopedagógica no Atendimento Educacional Especializado ajudaria a fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido?	Sim, penso que seria um próximo passo em nosso trabalho que garantiria uma maior organização e metas comuns aos profissionais e isso é fundamental à qualificação de nosso trabalho. Consideramos que muitos avanços já alcançamos: Instituímos o Atendimento Educacional	Consideramos que muitos avanços já alcançamos: Instituímos o Atendimento Educacional Especializado, conseguimos maior acessibilidade às escolas, com o programa federal “Escola Acessível”, incluímos o profissional do AEE no Plano de Carreira com a abertura para Psicopedagogos, Pedagogos com especialização em Educação Especial ou com o Curso de Atendimento Educacional Especializado, realizamos Concurso Público e estamos colocando em ação 12 salas de AEE, portanto, criar as diretrizes propostas neste trabalho só viria a contribuir com o que já construímos na Rede Municipal do Alegrete.
Gostaria de apresentar alguma consideração relevante no que se refere à atuação do profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado?	Especializado, conseguimos maior acessibilidade às escolas, com o programa federal “Escola Acessível”, incluímos o profissional do AEE no Plano de Carreira com a abertura para Psicopedagogos, Pedagogos com especialização em Educação Especial ou com o Curso de Atendimento Educacional Especializado, realizamos Concurso Público e estamos colocando em ação 12 salas de AEE, portanto, criar as diretrizes propostas neste trabalho só viria a contribuir com o que já construímos na Rede Municipal do Alegrete.	

APÊNDICE E – ANÁLISE DE MATERIAIS

Os documentos abaixo foram de base para se analisar os seguintes eixos: o Atendimento Educacional Especializado e a intervenção do psicopedagogo enquanto profissional concursado, como especialista em educação especial, como se apresenta o Atendimento Educacional Especializado no que se refere às Políticas de Inclusão.

1. Projeto pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.
2. Diretrizes Balizadoras do Núcleo de Inclusão e Diversidade para o Atendimento Educacional Especializado.
3. Caracterizações legais para a função do Especialista em Educação Especial através da Lei Municipal Complementar nº. 043, de 07 de dezembro de 2011 que dispõe sobre o cargo e as ramificações da formação deste profissional.

Obs.: Durante toda a pesquisa foram observadas as diretrizes legais para a Educação Inclusiva, bem como sólido referencial teórico no campo da pesquisa.

APÊNDICE F – DIÁRIO DE BORDO Nº 01/2016

1 Encontro-me aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis
2 em navegação de pesquisa participando, no Salão Azul do Centro Administrativo
3 Municipal de Alegrete, de mais um encontro de formação promovido pelas duas
4 coordenadoras do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade com as onze
5 colegas especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado nas
6 Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas da Rede Municipal, incluindo-me
7 claro, somos doze, são exatamente nove horas da manhã e a reunião se inicia com
8 um momento de acolhida com **mensagem “Fábula da Convivência”** de autoria de
9 Antônio Carlos Caio Viegas, realizada a leitura de maneira itinerante pelo grupo
10 lançou-se o seguinte questionamento provocativo: **“Como temos construído as**
11 **conexões com nossos colegas, no campo das relações, na escola, para**
12 **possibilitar ampliar os diálogos acerca da educação inclusiva?”** Todos
13 trouxeram suas experiências institucionais sendo que ficaram muito evidente, nos
14 discursos, dois elementos: **a ideia de que há uma grande dificuldade ainda de**
15 **que se entenda a educação inclusiva como um compromisso institucional, a**
16 **preocupação com a grande demanda de estudantes para avaliação e**
17 **atendimento uma vez que todos aqueles que apresentam dificuldades no**
18 **campo da aprendizagem com deficiência ou não são encaminhados pela**
19 **orientação educacional da escola, para as salas recursos multifuncionais,**
20 **mesmo que haja normativas para a dinâmica deste fluxo.** Avançando mais na
21 navegação seguiram, pela coordenação as orientações protocolares de praxe:
22 horário de atendimento, buscar respaldado nas normativas e na equipe gestora da
23 escola, mas sempre ser sensível, dentro das possibilidades a necessidade do
24 contexto. Garantir espaços nas formações internas para dialogar com os pares
25 esclarecendo sempre a importância e a natureza do Atendimento Educacional
26 Especializado e ainda a necessidade da participação nos encontros sistemáticos
27 promovidos pelo núcleo. No momento dos estudos de caso, estes não pontuarei no
28 diário por questões éticas, **o grupo de especialistas reforçou sensações que**
29 **são históricas, segundo o grupo: a confusão ainda feita pela escola do que é**
30 **atendimento em educação especial e o que é Atendimento Educacional**
31 **Especializado. A dificuldade de atuação pela falta de diretrizes protocolares**
32 **que situem o psicopedagogo no que tange sua atuação nas salas de recursos**
33 **multifuncionais e por fim, o quanto é um desafio fazer a intersectorialidade no**
34 **que se refere ao suporte para atender as especificidades dos estudantes.** Já
35 encerrando a navegação de pesquisa neste encontro, a coordenação assumiu o
36 compromisso de buscar alternativas, inclusive com outras Secretarias Municipais
37 no que tange a intersectorialidade e a ideia de se trabalhar, por esta pesquisa, num
38 desenho para o psicopedagogo no neste campo de atuação. Encerrou-se
39 agradecendo a presença de todos e lembrando, para registro nas agendas, que o
40 próximo encontro com o Núcleo será dia sete de dezembro onde se dará
41 continuidade aos assuntos conforme a estrutura de reunião que chamo de mapa de
42 navegação: **Acolhida, estudos de casos, encaminhamentos finais.**

APÊNDICE G – DIÁRIO DE BORDO Nº 02/2016

Encontro-me aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis em navegação de pesquisa participando, no Salão Azul do Centro Administrativo Municipal de Alegrete, de mais um encontro de formação promovido pelas duas coordenadoras do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade com as onze colegas especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas da Rede Municipal, com este que escrevo, somos doze, são exatamente nove horas e quinze minutos da manhã e a reunião se inicia com uma tentativa frustrada da coordenação em promover a acolhida, então estamos todos, e o grupo inicia os trabalhos com a acolhida mobilizada pela coordenação através do poema: “Escola” de Paulo Freire e partindo do texto trouxeram algumas problematizações para início de conversa: **Como a escola tem percebido as relações que se estabelecem no seu interior? Que desafios se revelam para a educação inclusiva na perspectiva de uma escola que busca a humanização? Como o Atendimento Educacional Especializado pode colaborar para que tenhamos uma escola para todos que acolha as diferenças? Como buscar uma escola humanizadora neste tempo social?** Diante dos questionamentos fomos dialogando e já trazendo a baila nossas realidades escolares, foi um momento muito significativo, posso até dizer que terapêutico, pudemos manifestar nossas angústias e expectativas. Dando sequência já entramos nos estudos de casos que hoje nos roubaram mais tempo como de costume, uma vez que as colegas trouxeram algumas preocupações no que tange aos atendimentos, cabendo citar: **O técnico especialista em psicopedagogia é visto em função do cargo como especialista em educação especial, todavia a complexidade dos casos exigem campos de conhecimento que não só o dá formação em nível de especialização, como o Núcleo poderia desenhar diretrizes para o profissional do campo psicopedagógico no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado.** De imediato a coordenação registrou que teremos que trabalhar neste sentido, e que o projeto de pesquisa que proponho ajudará neste sentido. Decidi retomar o objetivo de meu projeto e não estendi a abordagem uma vez que tínhamos muitos casos para debater. Encerrando este encontro fomos para os encaminhamentos finais com o registro de gratidão pela presença e o lembrete de que nos veremos dia quatorze de dezembro onde continuaremos dialogando novas pautas conforme a estrutura de reunião que chamo de mapa de navegação: **Acolhida, estudos de casos, encaminhamentos finais** encerrou-se o encontro.

APÊNDICE H – DIÁRIO DE BORDO Nº 03/2016

Encontro-me aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis em navegação de pesquisa participando, no Salão Azul do Centro Administrativo Municipal de Alegrete, de mais um encontro de formação promovido pelas duas coordenadoras do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade com as onze colegas especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas da Rede Municipal, com este que escreve, somos doze, são exatamente nove horas e quinze minutos da manhã e a reunião se inicia com uma tentativa frustrada da coordenação em promover a acolhida, então estamos todos, e o grupo está incomodado com o número de determinações feitas pela Secretaria Municipal de Educação para atendimento nas Salas Multifuncionais de algumas das escolas, algumas das determinações de ordem judicial, outras em detrimento de zoneamento. **A mensagem não foi lida, chamava-se: “Qual será sua escolha hoje?” da escritora Martha Madeiros.** Antes dos estudos de caso e prevendo a inquietação do grupo devido ao movimento de determinações na semana, a coordenação trouxe para estudo a **Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010** intitulada: “Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares oriunda do Ministério da Educação. Fomos lendo e evoluindo na leitura fomos discutindo e problematizando nossa realidade. A questão que parecia ser pertinente perpassava mais uma vez pela ideia: **Que diretrizes caracterizam o profissional da psicopedagogia no Atendimento Educacional Especializado das escolas municipais do município de Alegrete?** Estava evidente a angústia dos colegas e confesso que minha também em relação ao posicionamento do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade ser mais efetivo em relação às demandas que se apresentam para o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino. Naquele momento me senti navegando em meio a águas turbulentas, o que às vezes é necessário para que se volte à rota. Para minha surpresa mais uma vez o meu projeto de pesquisa foi citado pela coordenação como possibilidade de ajudar no sentido de proporcionar uma discussão mais profunda acerca destas questões. Aproveitei o ensejo retomei o objetivo de meu trabalho de investigação e disse que ajudará, mas lembrei que muitas das dimensões são de ordem legal e institucional, e que buscarei contribuir dentro de meu campo de pesquisa. Avançamos dialogando sobre os casos que se deram via determinações judiciais, e por fim fomos chegando aos encaminhamentos finais com o registro de gratidão pela presença e o lembrete de que nos veremos dia vinte e um de dezembro onde continuaremos dialogando novas pautas conforme a estrutura de reunião que chamo de mapa de navegação: **Acolhida, estudos de casos, encaminhamentos finais** encerrou-se o encontro.

APÊNDICE I – DIÁRIO DE BORDO Nº 04/2016

Encontro-me aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis em navegação de pesquisa participando, no Salão Azul do Centro Administrativo Municipal de Alegrete, de nosso último encontro de formação do ano letivo. Como de praxe este conduzido pelas duas coordenadoras do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade, somos doze especialistas que atuam no Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas da Rede Municipal, incluindo-me claro, no processo, são exatamente nove horas e trinta minutos da manhã e a reunião se inicia com uma fala de acolhida da coordenação na perspectiva de agradecer pelo trabalho realizado ao longo de dois mil e dezesseis. **Relataram a troca do Executivo Municipal e conseqüentemente da coordenação do Núcleo de Educação Inclusiva e Diversidade. Aproveitaram o ensino e pediram para que cada um falasse quais foram os maiores desafios vividos ao longo do ano e quais são os desejos para o ano vindouro.** Eis que durante a oportunidade dada trouxeram questões já reveladas nos outros encontros: **a compreensão por parte dos pares do campo de atuação do profissional especialista do Atendimento Educacional Especializado. A ideia de termos diretrizes balizadoras para atuação do profissional da psicopedagogia nas salas de recursos multifuncionais. Apareceram também discursos ligados a valorização profissional e ao desejo de que as políticas de inclusão não se resumissem apenas ao Atendimento Educacional Especializado no que tange a Rede Municipal de Ensino.** Logo em seguida fomos surpreendidos com uma confraternização organizada pela própria coordenação com direito inclusive a uma caderneta de anotações personalizada que ganhamos como presente. Hoje o mapa de navegação se alterou, é assim mesmo, às vezes temos que rever as rotas, redefinir percursos, escolher métodos e estratégias para fazer a travessia. Encerro este registro dizendo que a confraternização trouxe à tona muita emoção, durante as conversas informais as colegas e a coordenação foram lembrando o processo de implantação do Atendimento Educacional Especializado, as lutas, os desafios, as dificuldades para aceite desta proposta pelas próprias escolas regulares e ainda o quanto a comunidade escolar demorou em compreender o espaço da sala de recursos multifuncional como um espaço inclusivo e não clínico. Finalizamos o encontro de forma bem tranquila, fomos agradecendo e nos retirando na expectativa do ano de dois mil e dezessete: O que virá? Como se darão as orientações? Quem coordenará este trabalho? O que nos espera e o que esperamos numa mistura viva de singulares expectativas.

ANEXO

ANEXO A – CÓDIGO DE ÉTICA DA PSICOPEDAGOGIA

Artigo 2º

A Psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção.

Artigo 3º

A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.

Código de Ética da Psicopedagogia

O Código de Ética tem o propósito de estabelecer parâmetros e orientar os profissionais da Psicopedagogia brasileira quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o exercício da Psicopedagogia e para os relacionamentos internos e externos à ABPP – Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A revisão do Código de Ética é prevista para que se mantenha atualizado com as expectativas da classe profissional e da sociedade.

Capítulo I – Dos princípios

Artigo 1º

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Parágrafo 1º

A intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do conhecimento, relacionada com a aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades.

Parágrafo 2º

A intervenção psicopedagógica na Educação e na Saúde se dá em diferentes âmbitos da aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre o institucional e o clínico.

Artigo 4º

O psicopedagogo deve, com autoridades competentes, refletir e elaborar a organização, a implantação e a execução de projetos de Educação e Saúde no que concerne às questões psicopedagógicas.

Capítulo II – Da formação**Artigo 5º**

A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em Psicopedagogia -, ministrados em estabelecimentos de ensino devidamente reconhecidos e autorizados por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Capítulo III – Do exercício das atividades psicopedagógicas**Artigo 6º**

Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia – especialização “lato sensu” - e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação acadêmica e reconhecidos pela ABPp. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal.

Parágrafo 1º

O psicopedagogo, ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo de acordo com as normas do Estatuto da ABPp e os princípios deste Código de Ética.

Parágrafo 2º

Os honorários deverão ser tratados previamente entre o cliente ou seus responsáveis legais e o profissional, a fim de que:

- a) representem justa contribuição pelos serviços prestados, considerando condições socioeconômicas da região, natureza da assistência prestada e tempo despendido;
- b) assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Artigo 7º

O psicopedagogo está obrigado a respeitar o sigilo profissional, protegendo a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência do exercício de sua atividade e não revelando fatos que possam comprometer a intimidade das pessoas, grupos e instituições sob seu atendimento.

Parágrafo 1º

Não se entende como quebra de sigilo informar sobre o cliente a especialistas e/ou instituições, comprometidos com o atendido e/ou com o atendimento.

Parágrafo 2º

O psicopedagogo não revelará como testemunha, fatos de que tenha conhecimento no exercício de seu trabalho, a menos que seja intimado a depor perante autoridade judicial.

Artigo 8º

Os resultados de avaliações só serão fornecidos a terceiros interessados, mediante concordância do próprio avaliado ou de seu representante legal.

Artigo 9º

Os prontuários psicopedagógicos são documentos sigilosos cujo acesso não será franqueado a pessoas estranhas ao caso.

Artigo 10

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas;
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

Capítulo IV – Das responsabilidades**Artigo 11**

São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais;
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica;
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia;

e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornecer definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente;

f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;

g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público.

Capítulo V – Dos instrumentos

Artigo 12

São instrumentos da Psicopedagogia aqueles que servem ao seu objeto de estudo – a aprendizagem. Sua escolha decorrerá de formação profissional e competência técnica, sendo vetado o uso de procedimentos, técnicas e recursos não reconhecidos como psicopedagógicos.

Capítulo VI – Das publicações científicas

Artigo 13

Na publicação de trabalhos científicos deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) as discordâncias ou críticas deverão ser dirigidas à matéria em discussão e não ao seu autor;
- b) em pesquisa ou trabalho em colaboração, deverá ser dada igual ênfase aos autores e seguir normas científicas vigentes de publicação. Em nenhum caso o psicopedagogo se valerá da posição hierárquica para fazer publicar, em seu nome exclusivo, trabalhos executados sob sua orientação;
- c) em todo trabalho científico devem ser indicadas as referências bibliográficas utilizadas, bem como esclarecidas as ideias, descobertas e as ilustrações extraídas de cada autor, de acordo com normas e técnicas científicas vigentes.

Capítulo VII – Da publicidade profissional

Artigo 14

Ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo com exatidão e honestidade.

Capítulo VIII- Dos honorários

Artigo 15

O psicopedagogo, ao fixar seus honorários, deverá considerar como parâmetros básicos as condições socioeconômicas da região, a natureza da assistência prestada e o tempo despendido.

Capítulo IX – Da observância e cumprimento do Código de Ética

Artigo 16

Cabe ao psicopedagogo cumprir este Código de Ética.

Parágrafo único

Constitui infração ética:

- a) utilizar títulos acadêmicos e/ou de especialista que não possua;
- b) permitir que pessoas não habilitadas realizem práticas psicopedagógicas;
- c) fazer falsas declarações sobre quaisquer situações da prática psicopedagógica;
- d) encaminhar ou desviar, por qualquer meio, cliente para si;
- e) receber ou exigir remuneração, comissão ou vantagem por serviços psicopedagógicos que não tenha efetivamente realizado;
- f) assinar qualquer procedimento psicopedagógico realizado por terceiros, ou solicitar que outros profissionais assinem seus procedimentos.

Artigo 17

Cabe ao Conselho Nacional da ABPp zelar, orientar pela fiel observância dos princípios éticos da classe e advertir infrações se necessário.

Artigo 18

O presente Código de Ética poderá ser alterado por proposta do Conselho Nacional da ABPp, devendo ser aprovado em Assembleia Geral.

Capítulo X – Das disposições gerais

Artigo 19

O Código de Ética tem seu cumprimento recomendado pelos Conselhos Nacional e Estaduais da ABPp.

O presente Código de Ética foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 1991/1992, reformulado pelo Conselho Nacional do biênio 1995/1996, passa por nova reformulação feita pelas Comissões de Ética triênios 2008/2010 e 2011/2013, submetida para discussão e aprovado em Assembleia Geral em 05 de novembro de 2011.